



UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

**Empreendedorismo materno: forma de “conciliação” entre a
mulher mãe e o mercado de trabalho**

Marielle Guering de Mattos

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**EMPREENDEDORISMO MATERNO: FORMA DE
“CONCILIAÇÃO” ENTRE A MULHER MÃE E O MERCADO DE
TRABALHO**

MARIELLE GUERING DE MATTOS

Sob a Orientação do Professora Dra.

Moema de Castro Guedes

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em Ciências
Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais.

Seropédica, RJ
Setembro de 2020

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M435e Mattos, Marielle Guering de, 1994-
Empreendedorismo materno: forma de "conciliação"
entre a mulher mãe e o mercado de trabalho / Marielle
Guering de Mattos. - Volta Redonda, 2020.
103 f.

Orientadora: Moema de Castro Guedes.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em
Ciências Sociais, 2020.

1. Divisão Sexual do Trabalho. 2. Trabalho. 3.
Gênero. 4. Empreendedorismo. I. Guedes, Moema de
Castro, 1979-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de pós-graduação em
Ciências Sociais III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIELLE GUERING DE MATTOS

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de Concentração em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 25/09/2020

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação

Dra. Moema de Castro Guedes, UFRRJ

Dra. Clara Maria de Oliveira Araújo, UERJ

Dra. Marina de Carvalho Cordeiro, UFRRJ



Emitido em 2021

TERMO Nº 1261/2021 - PPGCS (12.28.01.00.00.00.91)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 30/11/2021 09:35)

MARINA DE CARVALHO CORDEIRO

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptCS (12.28.01.00.00.00.83)

Matrícula: 1900363

(Assinado digitalmente em 01/12/2021 15:29)

MOEMA DE CASTRO GUEDES

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

CoordCGCS (12.28.01.00.00.00.70)

Matrícula: 1865097

(Assinado digitalmente em 29/11/2021 18:41)

CLARA MARIA DE OLIVEIRA ARAUJO

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 135.505.195-91

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/documentos/> informando seu número:
1261, ano: **2021**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **29/11/2021** e o código de verificação: **38f67fc04e**

AGRADECIMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Elaborar agradecimento não é uma tarefa fácil quando tratamos do ensino-aprendizagem. Isso porque esse é um processo constante e tecido por muitas mãos. Tentar capturar todos que estiveram participando de algum modo da realização dessa dissertação é tarefa difícil, porém necessária.

Agradeço a todos os funcionários e funcionárias da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, este que foi meu lar durante cinco anos. Ser acolhida no alojamento estudantil durante meu primeiro período de graduação foi fundamental para uma série de transformações. Agradeço em especial aos funcionários e funcionárias do Restaurante Universitário, que foram imprescindíveis materialmente para que eu pudesse me formar e a toda equipe da Biblioteca Central, este que era meu espaço de estudo desde a graduação para me abrigar em silêncio.

Agradeço à instituição Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pela bolsa de pesquisa a mim concedida durante 20 meses do Mestrado e que, sem dúvida, me forneceu condições objetivas para qualificar melhor a pesquisa.

Agradeço também ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRRJ pela dedicação memorável dos seus professores e professoras em construir ciência lidando com as dificuldades do contexto brasileiro. São sensíveis e atenciosos no processo de ensino-aprendizagem com os alunos e alunas. Agradeço também ao Lima, por sempre estar disposto a explicar todos os processos burocráticos com a maior gentileza possível. Ao técnico do prédio da pós, seu Carlos, sempre gentil comigo e com Teodoro, além de ter sempre um cafezinho e um sorriso.

Agradeço especialmente à profa. Dra. Moema Guedes, minha orientadora durante o mestrado, que se mostrou participativa, sensível e disposta a me acompanhar nesse processo de pesquisa. Agradeço também às profas. Dras. Marina Cordeiro e Clara Araújo pelas contribuições valiosas tanto na banca na qualificação quanto na produção acadêmica que tanto me auxiliou neste trabalho.

Agradeço carinhosamente a minha mãe, Denise Silva Guering de Mattos, que sempre me ensinou a transgredir e a romper os padrões. Desde o início da minha trajetória acadêmica é a minha maior apoiadora e por vezes foi quem me auxiliou questionando minhas certezas e minhas incertezas, me dando base para construir minha própria confiança e apostando todas as fichas nos meus objetivos. Ela é minha fonte de inspiração constante!

Agradeço também ao Lucas Afonso, meu ex-namorado que até aqui tem sido um grande aliado, mostrando na prática que o amor é engajamento e não um par romântico. Ele é o pai do meu filho e juntos estamos aprendendo e tentando construir uma parentalidade que seja leve e que possibilite que continuemos nos construindo enquanto homem e mulher para além da parentalidade. Lucas e minha mãe foram fundamentais para que eu pudesse me dedicar à pesquisa e à escrita, além de torcerem por mim.

Agradeço ao meu filho Teodoro por ser fonte de amor constante, que me ajuda a animar quanto estou jururu, por dormir na biblioteca enquanto eu estava estudando e por todas as viagens que fez comigo e com o pai dele para que trabalhássemos.

Agradeço aos meus irmãos e irmã, André Felipe Mattos, Johnatas Mattos e Carolina Zegunis por todas as trocas de amor e respeito. Agradeço ao meu pai, Eliazi Fileto Mattos e minha madrasta Renata Felix por todo apoio e carinho durante todos os momentos e por se mostrarem sempre dispostos a me ajudar. Agradeço aos meus irmãos mais novos João Eduardo, Maria Luiza e Lucas por transbordarem amor toda vez que os encontro e as minhas sobrinhas Yasmin Simões e Sophie Mattos pelo mesmo motivo. Agradeço a minha avó Maria José, ao meu avô Eliazi Mattos e a minha tia Elen Mattos por todas as conversas que sempre temos quando estamos juntos e por terem despertado meu senso crítico desde nova com a perguntas sobre o mundo.

Agradeço as minhas amigas Andréia Pereira e Isabella Labarce pelas trocas de ideias constantes, por me incentivarem e por me mandarem vídeos para que eu pudesse rir. Ao meu amigo-irmão Raí Freitas e a tia Andiana Freitas pelo acolhimento em família, por todos os cafés, pelas propostas de revisão e pelos notebooks consertados. Agradeço as minhas queridas amigas Lene Gil, Ananda da Silveira, Milena Gomes, Natasha Gomes e Vanessa Machado por sempre me incentivarem a pesquisar e por estarem sempre

dispostas a confrontar minhas certezas. Agradeço a minha amiga Daniela Andrade, pelas trocas filosóficas, sociológicas, desabafos e pelos memes. Agradeço aos meus amigos da turma do mestrado por comporem uma turma tão acolhedora que tornaram os períodos de aulas mais leve, principalmente a Aline Moreira pelas trocas. Agradeço também à turma que me acolheu durante um período na Universidade Federal do Rio de Janeiro, local que foi importante para aprendizagem sobre a pesquisa acadêmica relacionada ao gênero, especialmente a Isabella, ao Cláudio e Márcia pelos diálogos nos intervalos.

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação a minha avó Maria José que foi a primeira pessoa a me dizer que o trabalho doméstico era o que tornava possível o trabalho remunerado. Só pude entender a complexidade disso nessa pesquisa.

RESUMO

As dinâmicas de trabalho são profundamente marcadas pelas relações de gênero, como mostra o profícuo debate de diversas áreas de pesquisa. Esse campo redelineou o próprio conceito de trabalho. Nesta linha, o presente trabalho pretende analisar uma categoria profissional que surge em meados dos anos 90 e abarca especificamente as mulheres que são mães: o empreendedorismo materno. Com o crescimento exponencial da população feminina brasileira no empreendedorismo e o surgimento de diversos programas de incentivo a esta categoria de trabalho, há também a produção de pesquisas que visam identificar esses processos. Nossa abordagem busca discutir a produção narrativa sobre o empreendedorismo materno, usando como exemplo uma empresa que presta consultoria em território nacional e produz conteúdos virtuais. Nossos resultados indicam para uma forte presença no debate sobre o trabalho de cuidado, não só como um motivador para a busca pelo empreendimento por mulheres mães, mas como um aspecto que aparece como característica central na definição desta categoria.

Palavras-chave: Trabalho. Divisão Sexual do Trabalho. Empreendedorismo materno. Conciliação. Gênero.

ABSTRACT

The dynamics of work are deeply marked by gender relations, as shown by the fruitful debate in several areas of research. This field gave a new line to the concept of work. In this line, the present work will analyze a professional category that appears in the description of the 90s and specifically covers women who are mothers: maternal entrepreneurship. With the exponential growth of the Brazilian female population in entrepreneurship and the appearance of several programs to encourage this category of work, there is also the production of research aimed at identifying these processes. Our approach seeks to discuss the narrative production about maternal entrepreneurship using as an example a company that provides consultancy in the national territory and virtual content. Our results indicate a strong presence in the debate about care work, not only as a motivator for the search for entrepreneurship by women mothers, but as an aspect that appears as a central defining characteristic of this category.

Keywords: Labor. Sexual Division of Labor. Mompreneur. Conciliation. Gender.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 - O trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo à luz das relações de gênero 7	
1.1. O gênero, os papéis de gênero e o papel social da mãe	7
1.2. O trabalho sob a ótica do gênero e da divisão sexual do trabalho	17
Capítulo 2 - A construção de um discurso: o empreendedorismo no feminino e suas singularidades	22
2.1. Empreender enquanto constructo histórico	23
2.2. Empreendedorismo feminino	31
2.3. Empreendedorismo materno	41
Capítulo 3 - O empreendedorismo e a [re]produção da maternidade	45
3.1. O <i>website</i> : a vitrine do dito.....	46
3.2. A aba “Conteúdo” e a produção de narrativas: o que aparece e como aparece.....	49
3.3. Maternativa na mídia	56
3.4. Análise do conteúdo do Instagram da empresa	63
3.5. Analisando o site de compra e venda	68
Considerações finais	75
Referências Bibliográficas.....	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela de distribuição de produtos e serviços do site Maternativa	68
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição relativa dos empreendedores iniciais por sexo (Brasil 2007-2016)	35
Gráfico 2 - Distribuição relativa dos empreendedores estabelecidos por sexo (Brasil 2007-2016).....	36

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADT	Análise do Discurso Crítica
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Ciência
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

Introdução

Até o quinto período da graduação em Ciências Sociais pouco sabia sobre o conceito de gênero e as contribuições epistemológicas dos estudos deste campo às ciências humanas e sociais. O encontro com a problemática entorno do conceito se deu a partir de uma disciplina intitulada *Conflitos e consensos*¹, ministrada pelas professoras Moema Guedes e Marina Cordeiro, no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A disciplina tinha como objetivo central fornecer elementos para pensarmos sobre o trabalho feminino e masculino, a divisão sexual do trabalho e contribuir com o arsenal teórico e metodológico para reflexão destes temas em nossas pesquisas ou nos processos de ensino-aprendizagem enquanto professores. Dos textos trabalhados no decorrer da disciplina, o primeiro, *Dualismo em Duelo*, de Fausto-Sterling (2002), contribuiu para me introduzir no assunto e o segundo, *A classe operária tem dois sexos*, de Hirata e Kergoat (1994), me situou de modo distinto nas áreas de pesquisa em que eu atuava durante a graduação - estudos sobre a categoria trabalho dentro da sociologia dos movimentos sociais. Até então o “trabalho” era apenas a esfera remunerada e agora ganhava uma outra dimensão.

No semestre posterior à disciplina *Conflitos e consensos*, descobri minha gravidez e as minhas condições materiais mudaram substancialmente (ou se tornaram mais explícitas). Neste momento, após quatro anos de formação nas ciências sociais, fui adicionada por amigas em grupos sobre trabalho e maternidade e, mais especificamente, trabalhos flexíveis e empreendedorismo para mulheres mães. Foi então, no final da minha monografia de graduação, que minha questão de pesquisa do mestrado (que me faria mudar área) já surgia, com o incômodo causado ao me deparar com um assunto recorrente no grupo: a busca pelo que era denominado como “flexibilidade” para que mulheres mães pudessem “conciliar” o cuidado com os filhos. Duas palavras que apareciam de forma recorrente no grupo e que, junto com o arsenal teórico da disciplina, me provocavam reflexões sobre o trabalho remunerado da mulher após a maternidade. A confecção desta

¹ Essa disciplina faz parte do NEPE/LAB, um núcleo de formação que concentra disciplinas para formação de professores e pesquisadores em ciências sociais, auxiliando teórica e metodologicamente os graduandos a abordarem temáticas específicas.

dissertação se dá, portanto, junto a minha formação nos estudos de gênero, papéis sociais e nas leituras sobre empreendedorismo e isso, como veremos na introdução, é expresso no modo em que ela é organizada. Minha própria experiência também marca algumas perspectivas aqui lançadas.

A proposta da pesquisa é discutir o empreendedorismo materno enquanto uma narrativa em construção, que é articulada entorno do marcador de gênero (feminino) combinado com a ideologia empreendedora – esta que vem sofrendo modificações nos discursos sociais para abranger mais trabalhadores e, neste caso, trabalhadoras (SALGADO, 2016). Portanto, a hipótese deste trabalho é que, na elaboração de uma narrativa sobre o que é empreendedorismo materno, a “conciliação” aparece como elemento fundamental e assume significado particular.

Para este fim, utilizaremos como metodologia neste trabalho a análise do discurso crítica. Magalhães (2005) afirma que a análise do discurso crítica (ADC), enquanto técnica de pesquisa, pode contribuir com diversas ciências – inclusive as ciências sociais e humanas – para compreensão da produção discurso como uma representação social. Neste caso, afirma a autora: “significa dizer que agimos discursivamente, como também representamos discursivamente o mundo (social) a nossa volta.” (MAGALHÃES, 2005, p. 5). Deste modo, apresenta-se aqui a metodologia de ADC para a análise dos discursos produzidos nos veículos oficiais da empresa *Maternativa* durante o ano de 2019, tendo como objetivo principal captar os sentidos atribuídos às categorias da prática. Nosso foco principal é a mobilização do conceito de “conciliação” e a construção da categoria profissional “empreendedorismo materno”.

Deste modo, propomos a utilização da análise do discurso crítica como uma forma de captar nas narrativas em que medida são reproduzidos enquanto “efeitos de verdade” papéis socialmente atribuídos à mulher que é mãe, naturalizando-a como responsável prioritária do trabalho de reprodução social. Utilizamos aqui a proposta de Foucault (2007), que pretende trazer à tona os discursos proferidos e analisá-los em seu contexto social, de modo a “compreender as formas pelas quais os poderes ligam-se a determinados discursos, a fim de produzir efeitos de verdade” (FERREIRA & TRAVERSINI, 2003, p.208). Compreende-se, deste modo, que os discursos resultam de uma complexa trama

que os permitem aparecer de determinada forma em determinado momento, levando em consideração, neste sentido, o contexto social em que se encontra o indivíduo como aspecto importante no processo de produção de discursos. Deste modo, o primeiro e o segundo capítulo visam localizar o contexto econômico e social em que estamos discutindo a produção de narrativas sobre empreendedorismo materno e “conciliação”.

Como veremos ao longo do primeiro capítulo, existem diversos trabalhos que discutem o gênero enquanto um marcador social da diferença que irá alocar homens e mulheres de modo distinto nas relações sociais (ARAÚJO et al, 2018, p. 17). Desde estudos que buscavam contrapor teorias que justificavam as desigualdades entre os gêneros a partir de aspectos biológicos (ORTNER, 1979; SCOTT, 1995) e que visam afirmar o gênero enquanto uma construção social (RUBIN, 1993; HARAWAY, 2004). No que tange à importante contribuição de Joan Scott (1995), destacamos a centralidade da análise do gênero a partir de alguns aspectos como os símbolos que a ele são atribuídos como “naturais” ou como “normas” sociais. Além disso, a importância de análise do gênero de modo contextual, observando as relações que perpassam a sua construção, desde indivíduo a instituições. Neste sentido, uma das premissas apresentadas por Scott (1995) é a de que símbolos são atribuídos constantemente aos gêneros e que, por isso, deve-se tratar essa atribuição como “problemática e não como conhecida” (SCOTT, 1995, p. 93). Premissa que norteou essa pesquisa, dado que uma das questões tem como objetivo compreender *como são elaboradas narrativas sobre o empreendedorismo materno*. Articulamos então o lugar do gênero e do papel social da mãe na elaboração dessas narrativas, já que são conceitos chaves que evocam o “materno” como um tipo específico na classificação do trabalho que por essas mulheres é executado.

Posteriormente, busco retomar algumas discussões teóricas que pensam a separação do espaço público e do privado e como isso influencia no modo através do qual é organizada a Divisão Sexual do Trabalho, conceito fundamental para compreensão da segunda questão desse trabalho. Esta diz respeito à busca pela “conciliação” do trabalho doméstico e de cuidado com o trabalho remunerado, busca que foi previamente observada nos relatos encontrados em nosso campo de análise e que suscitou no surgimento desta pesquisa. A retomada destas pesquisas é importante porque instrumentaliza na

compreensão das distintas dinâmicas de trabalhos masculinas e femininas. Ao fazer esse movimento, é possível perceber que os estudos de gênero lançam luz à categoria de trabalho, fazendo com que essa seja revista e passe a incorporar o trabalho não-remunerado e a economia do cuidado como aspectos fundamentais para compreender a inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho (OKIN, 2008; SORJ, 2000; MOREIRA & MOSER, 2017). Isso porque, historicamente, mulheres foram associadas ao espaço privado e como responsável pelas atividades domésticas e não-remuneradas e os homens associados ao espaço público e responsáveis pelas atividades remuneradas. De acordo com Biroli (2018), a base das opressões que atingem as mulheres é calcada nos papéis de gênero que são elaborados na Divisão Sexual do Trabalho e nos arranjos familiares, que tornam as mulheres mais suscetíveis a vulnerabilidade (BIROLI, 2018).

Nesse sentido retomo também no primeiro capítulo estudos sobre o papel social da mãe e sobre normas e valores incorporados às noções de maternidade (BADINTER, 2011; MOREIRA & NARDI, 2009; CADONÁ, STREY, 2014; SCAVONE, 2001) que influem nas dinâmicas familiares e no formato de divisão do trabalho de cuidado e doméstico, já que este persiste sendo executado majoritariamente pela população feminina. Esses estudos instrumentalizam a análise dos discursos feita no terceiro capítulo, onde o doméstico é incorporado constantemente na narrativa como propulsor da desigualdade na distribuição do tempo e, em outros momentos, como elemento motivador desse tipo de trabalho.

No segundo capítulo analisamos a construção histórica do empreendedorismo a partir da “cultura empreendedora” para, posteriormente, nos debruçarmos sobre o empreendedorismo feminino e materno. Neste sentido, retomamos discussões teóricas que pensam o “empreendedorismo” como uma “cultura empreendedora”, a ser fortalecida a partir dos discursos e narrativas que tem como objetivo a propagação de uma ideologia de mercado (COSTA et al, 2011, p. 183). Nessa lógica haveria o pressuposto de que os trabalhadores e trabalhadoras são potenciais criadores e administradores da sua própria força de trabalho, protagonizando sua trajetória e buscando sempre altos índices de produtividade e investimento em seu próprio capital humano – já que sua trajetória profissional dependeria tão somente de sua iniciativa e investimento. Costa et al. (2011)

e Salgado (2016) argumentam que esta é uma definição que remonta aos primeiros registros de caracterização da figura do empreendedor, onde este seria definido como “empreendedor do seu próprio trabalho” (CANTILLON, 1950, p. 42 apud SALGADO, 2011, p.24).

Salgado (2016) demonstra em seu trabalho que a definição de empreendedor sofre mudanças de acordo com o contexto histórico e social, de modo a atender novas demandas no mercado de trabalho, o que é endossado por outros autores e autoras (MAIA, 2019; ÉSTHER, 2019). Deste modo, a sequência do capítulo é construída de forma a retomar pesquisas que enfocam o empreendedorismo feminino e, posteriormente, o empreendedorismo materno. Isso por que, autores e autoras apontam para o crescimento do empreendedorismo de mulheres (FERREIRA & NOGUEIRA, 2013; FERRARI, 2019; GOMES et al, 2014; GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2019) e, deste modo, se faz importante compreender como têm sido elaboradas as narrativas acerca esses tipos de empreendedorismo num contexto mais amplo. As pesquisas neste segundo capítulo dissertam sobre quais motivações, dificuldades e consequências (JONATHAN, 2011) e até se o empreendedorismo tem um caráter “empoderador” de mulheres frente às desigualdades de gênero já enfrentadas por elas no trabalho (FERRARI, 2019). Ainda neste capítulo, retomo alguns dados do relatório anual do *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) para discutir o expressivo aumento feminino no empreendedorismo e como tem se dado, ao longo dos anos, essa inserção.

Após analisar as pesquisas específicas sobre o empreendedorismo materno, foi possível observar que a tensão entre família e trabalho remunerado é mais explícita neste caso. Isso porque a categoria de empreendedorismo materno surge aplicada, pela primeira vez, como uma força de orientar mulheres mães a executarem algum tipo de trabalho remunerado em casa (SALGADO & JORGE, 2018). O trabalho remoto, o aumento do desemprego e a busca por alcançar o máximo de eficiência dos papéis sociais que delas são esperados são os três motivos recorrentes na procura pelo empreendedorismo materno segundo análise de Salgado e Jorge (2018). Porém, ressalto que tanto no caso materno quanto no caso feminino a família e a “conciliação” são elementos presentes no discurso que constitui a caracterização desses empreendimentos, o que demonstra o peso dos

papéis socialmente atribuídos às mulheres em relação ao trabalho não-remunerado e o impacto deste (ou das expectativas destes) na esfera profissional.

No terceiro capítulo construí uma análise empírica da produção narrativa sobre o empreendedorismo materno, tendo como objeto de análise os veículos de comunicação da empresa Maternativa. Esta é descrita em seu *site* como uma empresa de impacto social e apresenta como principal objetivo alcançar a mudança entre a população feminina e o trabalho. As frentes de atuação da empresa, segundo consta em seu *website*, são: possibilitar *networking* entre mulheres mães ou entre estas e empresas, oferecer formações (pagas e gratuitas), dar visibilidade a negócios geridos por mães e prestar consultoria para empresas. Como *lócus* analítico, utilizamos o *site* oficial da empresa, observando como elas se descrevem e o que colocam em destaque. Também analisamos todos os textos do ano de 2019, que foram publicados na aba “conteúdo”, onde são divulgados artigos de participantes da empresa sobre maternidade, paternidade, mercado de trabalho, trabalho de reprodução social etc. Além disso, ainda no *site*, são destacadas algumas matérias de veículos de comunicação que expressam algumas leituras externas sobre a iniciativa. Outro *website* consultado foi o *Instagram*, em que a empresa mantém uma conta, tendo como recorte para seleção dos conteúdos apenas as publicações que tratavam sobre as dinâmicas entre trabalho (seja ele o remunerado ou não remunerado). Finalmente, analiso o *website* “Compre das mães” da empresa, que é onde são comercializados os produtos ou serviços de empreendedoras, que participam através de um cadastro gratuito.

Capítulo 1 - O trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo à luz das relações de gênero

1.1.O gênero, os papéis de gênero e o papel social da mãe

A contribuição das teorias de gênero para os estudos das desigualdades sociais é extensa. Debates que giram em torno da construção social do gênero em articulação com diferentes categorias (como a de classe social, raça etc.), buscam apreender como se estruturam e se reproduzem as disparidades que perpassam as relações sociais. Neste capítulo, apresentaremos uma breve retomada do conceito de gênero, sistematizando como as teorias aqui apresentadas foram instrumentalizadas para pensar as questões propostas nessa pesquisa. Considerando que o gênero é um elemento distintivo na experiência do indivíduo na dinâmica social (ARAÚJO et al., 2018, p. 17), essa categoria é fundamental para compreensão das relações sociais de trabalho. Além disso, retomaremos algumas pesquisas em torno da parentalidade e dos arranjos familiares, dando destaque à formação da dicotomia público/privado, de forma a contribuir na compreensão de como estes aspectos impactam na construção dos papéis de gênero e para a continuidade da divisão sexual do trabalho.

O gênero tem sido utilizado como um prisma de análise das relações sociais, possibilitando a formação e reformulação de categorias e conceitos (SCOTT, 1995), sendo uma de suas maiores contribuições o rompimento com o pressuposto de que haveria uma ciência neutra (CHABAUD-RYCHTER et al, 2014, p. 3; FAUSTO-STERLING, 2002). Este, de acordo com Helena Hirata (2014), consiste no pressuposto central da epistemologia feminista. Houve inicialmente, entre pesquisadoras de gênero, um esforço em contrapor perspectivas teóricas que justificavam uma subalternidade da mulher em relação ao homem utilizando conceitos biológicos, que “naturalizavam” essa condição. Sherry Ortner (1979) é um exemplo desse esforço, ao passo que, para confrontar as teorias de cunho biológico, afirma que estas são formadas a partir de uma “[...] estrutura de sistemas de valores culturalmente definidos.” (ORTNER, 1979, p.99) e, em contraponto ao determinismo biológico, propõe a busca por alguma transversalidade nas condições

objetivas nas diferentes culturas que poderia sustentar essa condição da mulher em relação ao homem.

Gayle Rubin também se dispõe, em sua análise, a fazer apontamentos às teorias já produzidas, de modo a possibilitar novos prismas para o debate de gênero e de desigualdades sociais baseadas nas relações de sexo, partindo de um questionamento semelhante ao de Sherry Ortner: “O que são, então, essas relações pelas quais uma mulher se transforma numa mulher oprimida?” (RUBIN, 1993, p. 2). A autora afirma a importância de produzir conceitos e categorias que consigam analisar as relações sociais de sexo e argumenta que estas são produzidas no social, não tendo caráter inevitável. Neste sentido, a autora endossa o argumento de que é importante que a dicotomia entre homens e mulheres seja rompida pelos estudos de gênero, dado a compreensão de que esta divisão é imposta socialmente.

Esse esforço também é impelido por Donna Haraway (2004), ao afirmar que o gênero, enquanto categoria, contribui para uma análise histórica na divisão social a partir da diferença sexual, em que se naturaliza as categorias de homem e mulher como contrárias e em que se estrutura, hierarquicamente, a primeira em relação a segunda. Deste modo, compartilharemos para essa pesquisa das perspectivas teóricas que analisam o gênero como uma construção social, historicamente situada e reforçada a partir da divisão e hierarquização sexual.

Em uma análise da utilização da categoria de gênero, Joan Scott (1995) afirma que acontece em decorrência de um impulso das feministas americanas de “[...] enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 172). Logravam, através da sua utilização, uma negação do caráter biológico no qual a palavra “sexo” estava carregada. Deste modo, defendiam que o gênero seria constituído a partir das relações entre os sexos, de forma que “as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado” (SCOTT, 1995, p.72). Ou seja, um gênero só pode ser observado a partir de sua constituição em relação ao outro.

A crítica de Scott é a de que, apesar de apresentar o gênero como uma construção social baseada em relações de sexo, os autores e autoras que o mobilizam não se

empenharam, ao acioná-lo, em destrinchá-lo teórica e metodologicamente. A partir de críticas às teorias já produzidas e metodologias já acionadas para o estudo do gênero é que Scott propõe uma nova formulação da categoria. Neste sentido, a autora afirma que é importante partir do pressuposto de que as relações sociais são compostas por “processos complexos” e que, apesar de estudar objetos específicos, deve-se ter em mente que há uma gama de processos que os envolvem. E deste modo, propõe que:

Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas interrelações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre a mudança. (SCOTT, 1995, p.86)

Scott (1995) argumenta contra perspectivas teóricas que dissertem acerca de uma raiz primária da problemática das desigualdades de gênero que, se existisse, fundaria o sentido de análises acadêmicas. Dessa maneira, dialogando com uma tarefa metodológica que os pesquisadores e pesquisadoras de gênero² encontram na análise de seus respectivos objetos de pesquisa, a autora propõe que os estudos a partir do prisma do gênero busquem compreender como são produzidas identidades generificadas, localizando-as historicamente e de forma relacional com diferentes esferas.

A partir dessa constatação, a autora propõe uma série de processos que devem ser considerados ao analisar as relações de gênero e os organiza a partir de duas premissas. A primeira parte da ideia de que o gênero deve ser considerado como aspecto fundador da diferença das relações entre sexo. Dentro dessa premissa, Scott ainda propõe que se observe quatro elementos importantes: o primeiro são as representações simbólicas que envolvem o objeto de pesquisa e de que modo elas são mobilizadas; o segundo é a normatividade que permeia as possibilidades desses símbolos; o terceiro elemento constitui uma análise que abarque os processos complexos que envolvem o objeto, perpassando as diferentes instituições e organizações; e, por fim, o quarto elemento diz respeito à importância dos aspectos subjetivos para a pesquisa, de modo a compreender como a produção da identidade se relaciona, por exemplo, com as organizações e instituições.

² A autora dialoga propriamente com os historiadores e historiadoras, área a qual pertence. Porém, o esforço teórico e intelectual por ela produzido contribui de forma grandiosa para diversas áreas de pesquisa.

A segunda premissa apontada por Joan Scott é a de que o gênero tem sido mobilizado, prioritariamente, como forma de atribuir significados às relações sociais, variando em suas formas e em símbolos que são utilizados. Afirma ainda que, “a ‘codificação’ generificada de certos termos estabelecia e ‘naturalizava’ seus significados” (SCOTT, 1995, p.92). Isto é, a representação do gênero é atribuída a diversos aspectos da vida social de modo a caracterizá-lo como algo dado, natural e que pode ser observado em elementos do cotidiano.

Ainda dentro das perspectivas que expõem o gênero como um sistema de práticas sociais, iremos nos debruçar aqui no conceito de Divisão Sexual do Trabalho para discutir de modo mais aprofundado a separação e hierarquização dos sexos, contribuindo com discussões posteriores dessa pesquisa sobre a entrada desigual de homens e mulheres no trabalho, tanto o remunerado quanto o não-remunerado.

Danièle Kergoat (2009) traz uma importante contribuição ao conduzir um diálogo sobre a gênese do conceito de divisão sexual do trabalho. A autora parte de premissas similares às das autoras apresentadas anteriormente, afirmando que as relações entre homens e mulheres são construídas socialmente. Nas palavras da autora, “(...) têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho” (KERGOAT, 2009, p. 1). Ou seja, o conceito de Divisão Sexual do Trabalho tem, aqui, caráter central para compreensão das relações sociais.

Deste modo, Kergoat (2009) busca localizar historicamente o uso do conceito de Divisão Sexual do Trabalho que inicialmente era utilizado para designar as tarefas consideradas complementares dentro das sociedades analisadas. Posteriormente, foi acionado como um modo de dissertar acerca da dominação masculina sobre mulheres. E, por fim, o conceito passa a ser utilizado a partir da compreensão de que há associação cultural dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, onde as funções atribuídas aos homens obtêm maior prestígio social. A partir dessa perspectiva, há a elaboração de dois princípios a serem observados no que tange a Divisão Sexual do Trabalho: (i) separação, em que os trabalhos são atribuídos socialmente como masculinos

e femininos e; (ii) hierarquização, onde os trabalhos considerados masculinos são tidos como mais valorados.

Estes princípios (separação e hierarquização) são, de acordo com Kergoat (2009), construídos a partir de teorias naturalistas que atribuem ao sexo uma essência biológica, em que existiriam papéis sociais “naturalmente” pertencentes a cada sexo, caminho inverso ao proposto pela autora (e pelas autoras anteriormente apresentadas) que analisa as relações sociais a partir de construções sociais³. Neste sentido, apesar de apreender os princípios que organizam essa divisão sexual do trabalho e observar sua constância nas diversas sociedades, a autora afirma que há uma ampla variabilidade entre culturas nos papéis sociais atribuídos por formatos diversos de relações sociais.

Bila Sorj (2000) também retoma a contribuição dos estudos de gênero para as pesquisas sobre trabalho, ao passo que passa a se considerar a importância das dimensões produtiva e reprodutiva para as análises das dinâmicas sociais. Esse aspecto também é evidenciado por Moreira e Moser (2017), que reafirmam a necessidade destes dois aspectos não serem encarados como autônomos ou passíveis de análises separadamente, mas sim que sejam considerados como relacionais. Deste modo, defendem que o trabalho de reprodução social seja pensado como um dos aspectos que fornece as condições materiais para que o trabalho produtivo (ou seja, o trabalho remunerado) possa ocorrer. Esse argumento endossa a perspectiva de que as dinâmicas em âmbito doméstico, onde o trabalho de reprodução social é efetuado, são fundamentais para compreensão das relações sociais de sexo.

A perspectiva que discute o “doméstico” como “político” é tratada pelas pesquisadoras de gênero não apenas ao analisar a Divisão Sexual do Trabalho, mas também ao afirmarem que esferas públicas e privadas que foram continuamente utilizadas sem serem problematizadas. Isso é apontado por Susan Okin (2008) ao argumentar que muitos teóricos se utilizam desses conceitos como se seus significados tivessem uma

³ É possível traçar um paralelo sobre a condição subalternizada no âmbito dos papéis socialmente atribuídos à mulher e ocupados por elas a partir de uma ideia que separa, em um nível abstrato, natureza e cultura e que, posteriormente, coloca a mulher como mais próxima da natureza – o que Ortner chama de situação intermediária, em uma situação inferior ao homem que está mais próximo da cultura. Esse mecanismo também é retomado por Scott (1995), ao discutir a atribuição de simbolismos e significados às relações e práticas sociais que tem como objetivo naturalizá-las.

divisão consensual e óbvia entre essas esferas. Diante disso, Okin (2008) indica que a importância de debater a dicotomia de entre doméstico e não-doméstico consiste no fato de que a Divisão Sexual do Trabalho desigual associa homens ao público (e remunerado) e mulheres ao privado (e ao não-remunerado). Essa associação é perpetuada através dessa dicotomia, que define o doméstico como algo que não é passível de discussão pela sociedade.

Neste sentido, a autora (OKIN, 2008) retoma uma contribuição fundamental do feminismo: a problematização da dicotomia entre público e privado ao afirmarem que “o pessoal é político”. Foi a partir dessa nova perspectiva que se sustentaram diversas pesquisas que indicavam a ligação entre os papéis associados às mulheres em âmbito doméstico com as desigualdades que as atingia no trabalho remunerado, dimensão esta que refletiria inclusive em construções psicológicas. Essa questão será por nós retomada no terceiro capítulo, dado que aparece constantemente nos relatos das empreendedoras maternas a busca por empreender como um modo de ter “qualidade” na participação dos cuidados com os filhos, flexibilizando os horários em que há a dedicação para o trabalho remunerado e possibilitando o trabalho em casa.

Neste sentido, o argumento é o de que tanto a esfera doméstica quanto não-doméstica interfere de modo mútuo e retroalimentam as desigualdades que se estabelecem pela divisão sexual do trabalho. Okin (2008) privilegia então uma problemática importante, que consiste no questionamento se estruturas públicas seriam organizadas do mesmo modo caso levassem em conta todo o trabalho de reprodução social. Flávia Biroli (2016) argumenta neste mesmo sentido ao afirmar que é necessário um esforço em compreender como é delineada a dicotomia entre público e privado histórica e socialmente para que se possa pensar como esta acaba por produzir diferentes efeitos em homens e mulheres. Isso porque essa dicotomia acaba por proporcionar um esvaziamento do debate político no ambiente familiar e nas relações de trabalho que ali são estabelecidas (BIROLI, 2017).

Outro aspecto salientado por Biroli (2017) é que essa perspectiva dicotômica, aliada a estereótipos de gênero e de papéis sociais, estabelecem comportamentos a serem reproduzidos e que, quando não o são, acabam por serem tratados como desvio (BIROLI,

2017). Esse aspecto é importante para compreender, por exemplo, a relação prioritária da mulher com o ambiente privado e com o trabalho de cuidado como sua maior responsabilidade, havendo constrangimentos sociais que as impulsionam nesse sentido. Biroli (2007) argumenta ainda que as análises devem romper com essa perspectiva dicotômica, de modo a perceber como as oportunidades e os desenvolvimentos individuais são distintos e forjados a partir dos papéis sociais atribuídos aos gêneros e vinculados a esferas distintas.

Outro fenômeno importante a ser retomado é a crítica feita por Okin (2008, p.312-313) a respeito de uma forte característica do feminismo no século XIX (e início do século XX) no sentido de atribuir à mulher, a partir da sua experiência materna ou no trabalho do cuidado no ambiente doméstico, diferentes atributos que as qualificariam melhor para o mercado de trabalho e, a partir desses atributos, defender a participação da mulher na esfera pública e remunerada. Neste sentido, o que Okin (2008, p.313) chama em sua pesquisa de “reponsabilidades especiais na família” acabam por reforçar uma perspectiva essencialista do gênero. Isso pode ser percebido pelo fato de não se encontrar (pelo menos não em proporção similar) um incentivo ao empreendedorismo paterno ou parental (que incluiria aqui todos os cuidadores) – fato que foi constatado também por Salgado e Jorge (2019). Desta maneira, nesses discursos que argumentam melhores atributos das mulheres para o trabalho remunerado a partir de suas experiências enquanto mães, não aparecem iniciativas com o objetivo de impulsionar homens pais a participarem de modo mais ativo da parentalidade, o que faria com que adquirissem também estes atributos. Como afirma Biroli:

Discutiram o fato de que os mesmos sentidos do feminino que limitavam a vida das mulheres justificavam e incentivavam a reprodução de sua posição na família, de modo que o que se definia como especial e específico restringia sua condição de sujeitos livres. Libertar as mulheres significava, assim, rever as relações familiares e afetivas. (BIROLI, 2017, p. 97)

Neste sentido, a autora (BIROLI, 2017) destaca que a experiência do cuidado, calcada em uma divisão sexual do trabalho desigual, proporciona responsabilidades distintas entre homens e mulheres na paternidade e na maternidade, se transformando, muitas vezes, “em fator de vulnerabilidade para as mulheres” (BIROLI, 2017, p. 107) dado que proporciona uma entrada menos proveitosa para elas nos espaços que não são os domésticos. Isso agravado ainda pelo fato de que, mesmo diante da entrada da mulher

de forma massiva no trabalho remunerado, não houve, em contrapartida, uma espécie de promoção de políticas públicas e sociais com o fim de distribuir o trabalho de cuidado que era executado, em sua maioria, por essas mulheres e nem uma contrapartida masculina em participar de modo tão expressivo no trabalho doméstico quanto a participação das mulheres no trabalho remunerado.

A maternidade foi historicamente a “diferença feminina” a partir da qual se estruturou a desigualdade e a pretensa razão para que as mulheres fossem alijadas da vida pública. Diversas pesquisas discutem a construção da maternidade, do papel social da mãe e da contínua reformulação desse papel ao longo da história (BADINTER, 1985; SCAVONE, 2001; CADONÁ & STREY, 2014; BIROLI, 2017). Deste modo, nos debruçaremos em compreender que lugar os discursos acerca do papel social da mãe ocupam na definição e narrativa sobre empreendimento materno nos canais oficiais da empresa. Nosso ponto de partida é que, como vimos, pautada na divisão sexual do trabalho são construídas noções sobre trabalho feminino e masculino (a partir dos princípios organizadores que são formulados por Hirata e Kergoat) que associam estes ao privado e ao público, respectivamente. Desta maneira, partimos aqui de perspectivas teóricas que indicam que as noções de maternidade acabam por continuar associando as mulheres a esse ambiente que historicamente fora construído como delas.

Dissertando acerca dos papéis sociais Badinter (1985) afirma que estes são produzidos a partir dos valores e normas das distintas sociedades e que, por isso, há uma variabilidade entre quais são as características que vão definir algum tipo de comportamento considerado bom ou ruim, a depender do quanto se aproxima ou se distancia do padrão estabelecido. A elaboração do papel social da mãe tem como principal influência o que Badinter (1985, p.26) chama de “luta dos sexos”. É apenas a partir do século XVIII, segundo a autora, que há o surgimento de uma ideologia que busca propagar uma ideia de maternidade relacionada a um “instinto materno”, onde toda mulher gostaria de ser mãe e teria, pelo bebê, um amor provocado de forma instantânea e de importância fundamental para a continuidade da espécie humana. A autora visa desconstruir essa ideia a partir de inúmeros exemplos que desmistificam a relação mulher-

bebê como algo natural previamente estabelecido e reforça o sentimento como uma construção social.

Na realidade, é apenas no final do século XX, com o acesso ampliado de contraceptivos produzidos de forma medicamentosa, que há uma diminuição da taxa de fecundidade, podendo-se argumentar, segundo Badinter (2011), que o desejo de ter filhos não é instintivo e nem natural, mas passível de uma escolha. Neste momento, as mulheres se defrontam com as inúmeras possibilidades além da maternidade e, ao optarem por ser mães, isto exigiria delas uma alta capacidade de conciliação de demandas, dado que o trabalho de cuidado continuava sendo majoritariamente associado a elas, exigindo uma reflexão maior sobre esse processo.

Neste sentido, Moreira e Nardi (2009) trazem à tona um esforço em compreender o que eles denominam de “norma da maternidade”, um conjunto de características atribuídas ao que seria o papel social da mãe e que possibilitaria reconhecê-las como boas ou más mães a partir da proximidade ou distância das suas práticas maternas da norma estabelecida. Os autores apontam que para a constituição dessa norma são mobilizados diversos tipos de discursos como: os médicos, os pedagógicos, os psicológicos etc. definindo assim as práticas de cuidado ideais com os filhos. Apontam ainda que esses discursos afetam de modo diferenciado os indivíduos a depender da sua posição social, raça, nível de escolaridade, gênero e diversas variáveis que os posicionam nas teias de relações sociais e afirmam:

O reconhecimento da maternidade através dessa norma segue a rede enunciativa que determina, por exemplo, o número de filhos adequado, o tempo e a idade certos de ser mãe, as condições (econômicas) para a maternidade. Enunciados que, associados a diversos discursos, emprestam legitimidade a certos modos de ser mãe, passando a ter maior valor social. (MOREIRA & NARDI, 2009, p. 576)

Também discutindo acerca dos discursos produzidos em torno da maternidade, Cadoná e Strey (2014) a afirmam como uma construção social decorrente das relações de sexo (assim como as autoras que vimos anteriormente), e que por isso variam a depender do tempo e da cultura. Ressaltam, desta maneira, a importância da análise dos discursos acerca da maternidade e constataam que:

Por intermédio das práticas de significação linguística e cultural dos sistemas simbólicos, os significados da maternidade são construídos. Tais significados direcionam as mulheres a um entendimento de sua vivência, compreendendo como se dará a sua prática e seus sentimentos em relação à maternidade. (CADONÁ; STREY, 2014, p.478)

Dissertando sobre esta variabilidade do papel social da mãe, Scavone (2001) enfatiza que a maternidade consiste em uma experiência social que deve ser analisada em suas particularidades, pois varia de acordo com culturas específicas e que, apesar da globalização econômica gerar mudanças sociais globais e “acelerar a difusão de novos padrões de comportamento e consumo” (SCAVONE, 2001, p. 48), ela também produz experiências que variam de acordo com a posição dos países no sistema global. Produzindo, deste modo, experiências de maternidade diferenciadas que devem ser observadas como reflexos de desigualdades sociais, raciais/étnicas, e pela questão de gênero que lhe é subjacente.

Retomando os estudos de Anthony Giddens, Scavone (2001) aponta a ideia de que a maternidade só teria tomado forma como um fenômeno social a partir do século XVIII e afirma que Giddens “destaca como novo, neste período, a forte associação da maternidade com a feminilidade” (SCAVONE, 2001, p. 49). Deste modo, houve a propagação de ideologias que afirmavam haver uma associação natural da mulher com o ambiente doméstico e funções ligadas à maternidade, limitando sua mobilidade social para além desses âmbitos. No entanto, a autora destaca que essa limitação não ocorria da mesma forma para as mulheres pobres, dado a importância do seu trabalho não-doméstico para sobrevivência da família. Essas mulheres existiam, portanto, distante desse ideal construído socialmente.

Scavone ressalta ainda que, mesmo em um contexto de modificação da maternidade, onde há acesso a contraceptivos medicamentosos e a redução no número de filhos, ainda pairam as contradições de tempo dedicados por homens e mulheres ao trabalho de reprodução social e o voltado ao mercado de trabalho (SCAVONE, 2001). Isso faz com que se possa perceber um maior esforço ponderativo sobre a maternidade para mulheres que optam pela dedicação às carreiras (como vimos acima com Badinter). Isso porque a divisão do trabalho não-remunerado ainda se dá de forma desigual, acumulando horas de trabalho para as mulheres, fato que implicaria no tempo disponível

para constituição da carreira (BRUSCHINI, 2007, p.542). Neste sentido, segundo Scavone (2001), ainda são grandes os impasses a serem enfrentados na consolidação de uma nova ideologia de maternidade, dado que exigiria uma mudança significativa no *modus operandi* da divisão sexual do trabalho.

1.2.O trabalho sob a ótica do gênero e da divisão sexual do trabalho

Segundo Federici (2004), a análise histórica da transição das sociedades para o capitalismo é de suma importância para a elaboração da teoria feminista. Neste sentido, a autora afirma que há neste processo um novo formato de divisão sexual do trabalho, uma exclusão das mulheres do mercado de trabalho (gerando uma dependência das mulheres em relação aos homens) e a transformação das mulheres em reprodutoras máximas de novos trabalhadores. Além disso, a autora é contrária a prerrogativa de que o sistema capitalista poderia abrir possibilidades para o que ela chama de “liberdade humana”, dado que, no que tange às mulheres “...sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão” (FEDERICI, 2004, p.17).

Deste modo, Federici (2004) ressalta como a categoria “mulher” é fundamental para a análise até que seja superada a divisão sexual do trabalho. No mesmo sentido, afirma que o corpo das mulheres é apropriado como forma de reprodução e configura parte fundamental para a acumulação capitalista, sendo o principal terreno de sua exploração e resistência. Propõe que a análise das desigualdades entre homens e mulheres:

devia ser interpretada como o efeito de um sistema social de produção que não reconhece a produção e a reprodução do trabalho como uma fonte de acumulação do capital e, por outro lado, as mistifica como um recurso natural ou um serviço pessoal, enquanto tira proveito da condição não assalariada do trabalho envolvido. (FEDERICI, 2004, p.7)

Este enquadramento é fecundo para uma ampla gama de leituras. A partir de uma análise de dados sobre o *labor* no Brasil, conduzida por Bruschini (2007), se pode observar que, apesar do aumento da inserção de mulheres nas atividades remuneradas ser constante, ainda há uma grande distância dos homens neste quesito. Isso por que, “as

mulheres permanecem como as principais responsáveis pelas atividades domésticas e cuidados com os filhos e demais familiares, o que representa uma sobrecarga para aquelas que também realizam atividades econômicas” (BRUSCHINI, 2007, p. 542). Deste modo, apesar de se tornarem mães mais tarde – o que é um indicativo de uma maior atenção voltada às atividades remuneradas e ao processo de escolarização – as mulheres ainda experimentam uma sobrecarga quando observamos o tempo de trabalho destas dedicado as atividades não remuneradas se compararmos em relação ao tempo de trabalho dos homens.

Além disso, outro fenômeno de suma importância apontado por Bruschini (2007) é que o número de horas dedicados às atividades domésticas e não-remuneradas é muito superior para mulheres se considerada a variável “filhos pequenos”⁴, sendo para estas gasto uma média de 35 horas semanais nas em atividades domésticas e não-remuneradas, enquanto para as mulheres em geral essa média é de 27 horas. Neste sentido, ter filhos afeta significativamente o engajamento de mulheres mães no trabalho doméstico e na esfera remunerada, dado que são elas que apresentam as menores taxas nas atividades remuneradas.

Outro achado importante da pesquisa conduzida por Bruschini diz respeito ao progresso significativo de entrada consolidada (mesmo que ainda tímida) de mulheres em profissões socialmente consideradas como masculinas, em contraponto à persistência da maioria nos “guetos ocupacionais femininos” (BRUSCHINI, 2007, p. 549). Este fenômeno é consequência, aponta a pesquisadora, de um conjunto de fatores. Dentre eles, uma busca de movimentos sociais e políticos para que mulheres pudessem expandir os horizontes além do espaço doméstico, dando enfoque à formação profissional, além do que uma mudança das próprias profissões, possibilitando a ocupação destes novos espaços por mulheres.

Guedes e Araújo (2011), ao fazerem uma análise do trabalho no Brasil através do prisma do gênero e da composição familiar, vão reforçar a importância desses dois aspectos para compreender as nuances que compõe este cenário. Há grande influência do

⁴ Aqui considerando crianças na fase pré-escolar.

engajamento na esfera privada e nas dinâmicas do trabalho de reprodução social com o engajamento que essas mulheres vão estabelecer em atividades remuneradas. Aspecto que é de suma importância aqui em nossa análise, dado que, como veremos no segundo capítulo, o trabalho doméstico e principalmente o trabalho de cuidado são retomados a todo tempo nas narrativas sobre empreendedorismo feminino ou materno. Isso nos possibilita visualizar a influência dessas atividades não-remuneradas na narrativa sobre a inserção feminina no trabalho remunerado.

As autoras (GUEDES; ARAÚJO, 2011) endossam o debate aqui mencionado de que o avanço da participação feminina no mercado de trabalho não vem sendo acompanhado por uma mudança na configuração das relações sociais de sexo na esfera da reprodução social, na medida em que este trabalho continua sendo majoritariamente composto pelo esforço feminino. Os dados apontam, portanto, ao acúmulo do trabalho de reprodução social executado pelas mulheres, influenciando em uma inserção laboral de pior qualidade, se comparado à inserção laboral masculina. Além disso, analisam que há uma constante desigualdade na média salarial entre homens e mulheres – que varia de acordo com os estratos sociais. Em análise dos dados do PNAD de 2008, Guedes e Araújo evidenciam o seguinte:

A maior distância encontrada é nos trabalhadores por conta própria, onde o rendimento médio feminino representa 65% do masculino. Este é um dado interessante se pensarmos que grande parte dos investimentos direciona os ao incentivo e qualificação da mão de obra feminina no mercado de trabalho tem como foco a ideia do empreendedorismo e dos micronegócios. (GUEDES & ARAÚJO, 2011, p. 68-69)

É nessa perspectiva que, em uma análise dos discursos das mulheres mães da empresa Maternativa pelo prisma do conceito de divisão sexual do trabalho, buscaremos compreender como o papel socialmente atribuído à mulher pode influenciar na busca por trabalhos que permitam a chamada “conciliação”. Isso porque os estudos apontam que são essas dinâmicas da divisão sexual do trabalho doméstico que possibilitam a perpetuação das desigualdades no trabalho remunerado (ARAÚJO et al, 2018, p. 13) e, por isso, constitui como uma das maiores barreiras para equidade de gênero (*ibidem*, p. 17).

Neste sentido, o tempo total de trabalho (soma dos tempos dedicados ao trabalho não-remunerado e ao remunerado) tem sido usado para discutir as mudanças e permanências da divisão sexual do trabalho (ARAÚJO et al, 2018, p. 17; RAMOS, 2009; BRUSCHINI, 2007), evidenciando as discrepâncias que constituem o engajamento de homens e mulheres nos trabalhos em que estão inseridos.

Como já mencionado, a partir da entrada massiva e da consolidação das mulheres na atividade remunerada, há a necessidade de lidar com atividades que outrora foram socialmente consideradas como atribuições majoritariamente femininas (e que continuam massivamente sendo executadas por estas): o trabalho doméstico e o de cuidado. Neste sentido, Hirata e Kergoat (2007) observam duas saídas comuns para essa questão: a “delegação”, onde esse trabalho é, na maioria das vezes, transferido para outras mulheres; ou a “conciliação”, que reforça este trabalho como função feminina, visto que “cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 604). Em outras palavras, essa última saída acaba por reforçar o trabalho doméstico e não-remunerado como uma tarefa da mulher e, além disso, ofusca um debate sobre o acúmulo de trabalho ao qual as mulheres estão expostas. Em uma análise prévia do nosso campo de pesquisa foi possível observar, ao longo dos depoimentos, o uso constante da palavra “conciliação” como justificativa da busca por trabalhos mais flexíveis ou até mesmo a opção pelo empreender.

Este aspecto é evidenciado em pesquisa recente (Gama et al, 2018, p. 91) que reforça a importância de analisar o trabalho feminino e a inserção em tipos diversos de trabalhos a partir do prisma da divisão sexual do trabalho. Isso porque o gênero é um diferencial marcante na decisão sobre o emprego, de modo que exerce influência no distinto engajamento de homens e mulheres no mercado de trabalho. Deste modo, afirmam sobre o trabalho remunerado feminino:

Em última análise, esse trabalho se dá sob certas condições sociais em que seja possível compatibilizar trabalho e responsabilidades familiares, tais como: condições de vínculos de trabalho, jornada de trabalho, localização do emprego, deslocamento, entre outras. Diferentemente do trabalho para os homens, os encargos familiares qualificam o trabalho feminino remunerado, de que natureza será esse trabalho e como será desempenhado. (GAMA et al, 2018, p. 91-92)

Posto isso, podemos observar que o envolvimento da mulher no trabalho remunerado é influenciado pela dupla jornada à qual estas podem estar submetidas quando analisamos também o tempo dedicado para o trabalho de reprodução social. Nessa mesma perspectiva é possível perceber que os homens em geral, por consequência do pouco engajamento no trabalho doméstico e de cuidado, têm mais tempo a seu dispor para investir no trabalho remunerado. Além disso, outro aspecto evidenciado é que a paternidade tende a não influenciar o engajamento da população masculina no trabalho remunerado, enquanto as mulheres são atingidas pelo afastamento do mercado de trabalho e diminuição da remuneração (GAMA, 2014, p. 84.)

Deste modo, podemos perceber como a divisão sexual do trabalho a partir do gênero localiza os indivíduos de modo distinto nas relações sociais, tendo como foco de análise aqui um aspecto material da existência que é o trabalho. Neste sentido, iremos no segundo capítulo fazer uma retomada do conceito de empreendedorismo e do ideário que o cerca. Nos interessa particularmente como ele vem sendo reformulado ao longo dos anos e seus desdobramentos na articulação com o gênero, criando outras modalidades como o empreendedorismo feminino ou materno, sendo este último nosso foco de análise.

Capítulo 2 - A construção de um discurso: o empreendedorismo no feminino e suas singularidades

Levando em conta a dualidade que afeta o engajamento de mulheres no mercado de trabalho, com entrada consolidada, porém em condições mais precárias se comparadas aos homens, alguns estudos ressaltam a importância de analisar a busca por “conciliação” entre atividades remuneradas e não-remuneradas feita por mulheres (HIRATA & KERGOAT, 2007; GAMA et al, 2018). Em nossa análise, a noção de “conciliação” aparece como objeto de reflexão inicial, haja visto que, como sublinhamos no capítulo anterior, há uma sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados executado por mulheres em detrimento da baixa participação masculina nessas atividades. Isso acaba por inseri-las de modo desigual no trabalho remunerado. Como vimos, essa “conciliação” tem sido feita majoritariamente para o trabalho feminino, o que nos indica como a atividade não-remunerada ainda impera no imaginário social como trabalho de maior responsabilidade da mulher.

Neste sentido, a “conciliação” não harmoniza o trabalho remunerado e não remunerado, dado que essa tarefa fica a cargo apenas das mulheres. Por isso, como afirmam Hirata e Kergoat (2007), o contingente feminino é alocado de forma desigual na atividade remunerada, além de ter uma jornada total de trabalho muito maior que a masculina na maioria das vezes (DEDECCA et al, 2009). Diante desta dimensão, a “conciliação” aparece mais como uma expressão do conflito ao qual as mulheres estão submetidas na divisão sexual do trabalho.

Salgado e Jorge (2018) vão argumentar que, ao buscar contrapor os preconceitos ainda existentes no mercado de trabalho em relação às mulheres e à dupla jornada enfrentada por elas, surge uma nova categoria profissional que possibilitaria a “conciliação” desses dois âmbitos do trabalho: a de *momprenneur*, equivalente no Brasil ao empreendedorismo materno, como trataremos em nossa pesquisa.

A importância do estudo sobre o conceito de empreendedorismo materno, como já foi mencionado no primeiro capítulo, consiste no fato de que ele é anunciado como uma forma de transformação da relação entre a mulher que é mãe e o mercado de trabalho.

Sendo, inclusive, visto como uma profissão que possibilitaria um maior desfrute da maternidade por permitir maior flexibilidade. Como já destacado por Salgado e Jorge (2018) e Santos e Haubrich (2018), compreender os sentidos atribuídos à novas categorias e como elas são mobilizadas nos possibilita analisar quais são as percepções sobre si e sobre papéis sociais que perpassam as narrativas.

Deste modo, iremos, em um primeiro momento, dissertar acerca do que é chamado de “cultura empreendedora” a partir de pesquisas que abordam as narrativas entorno do sujeito empreendedor. Posteriormente, centraremos em algumas discussões sobre como o feminino e o materno tem sido atrelado a essa categoria com a finalidade de produzir novas narrativas, destacando-se como uma atividade diferenciada, justamente por ser protagonizado por mulheres ou, como no caso do objeto de pesquisa, mulheres mães empreendedoras.

2.1. Empreender enquanto constructo histórico

Em uma pesquisa que visa discutir o empreendedorismo como um constructo histórico, que tem sido modificado continuamente a partir do contexto em que está sendo mobilizado, Costa et al. (2011) argumentam que apreender os argumentos ideológicos entorno das diferentes formas com que o termo vem sendo aplicado contribui para compreensão atual do fenômeno. Em relação a isso, a grande dificuldade enfrentada pelos pesquisadores que se dedicam ao tema reside na pouca produção bibliográfica disponível (FERRARI, 2019; SALGADO, 2016). Além disso, o caráter polissêmico da categoria traz a dificuldade de encontrar um fio de convergência no que diz respeito à sua definição.

Apesar disso, Costa et al. (2011) destacam que uma concordância entre as abordagens seria a de que, em decorrência do funcionamento de um mercado que pressupõe a livre iniciativa de indivíduos, é necessário que seja propagada uma ideologia que inscreva os indivíduos como potenciais criadores, inventivos e produtivos. Deste modo, argumentam que “o empreendedorismo se apresenta como fundamental para o desenvolvimento econômico, potenciando lucros por intermédio de uma ‘visão’ ou um ‘espírito’ muitas vezes mais pessoal do que coletivo.” (COSTA et al, 2011, p. 183). Dito

em outras palavras, existe uma produção e incorporação de discursos que incentivem os indivíduos numa autoimagem de que são potenciais gerenciadores de sua própria força de trabalho. Em linhas gerais, para que ocorra o pleno funcionamento de uma lógica econômica neoliberal é preciso que a produção seja protagonizada por indivíduos com incessante gana de produzir. Deste modo, é necessária a incorporação dessa lógica em suas práticas através de discursos que construam um modelo de trabalhador que investe em sua mão-de-obra e que poderia se projetar no mercado de trabalho de modo a contribuir com seu potencial criativo e sua competitividade.

Salgado (2016) e Costa et al. (2011) convergem em suas produções teóricas ao resgatar os estudos de Richard Cantillon como um dos primeiros esforços em descrever as características do empreendedor. Nessa definição, Cantillon categorizou os indivíduos (fora os que tinham funções estatais) entre os empreendedores e os assalariados. Deste modo, encaixavam-se como empreendedores todos os indivíduos que tinham que gerenciar sua própria mão-de-obra, nas palavras do autor: “empreendedor do seu próprio trabalho” (CANTILLON, 1950, p. 42 apud SALGADO, 2011, p. 24). Essa definição abre precedentes para muitas outras em contextos históricos distintos, porém, o que gostaríamos de ressaltar é a similaridade com o contexto atual: a definição ampla de “empreendedor”, sendo possível a adição de algum adjetivo para compor uma definição mais específica em relação à área ou ao tipo de atuação.

Para Salgado (2016), nos trabalhos de Jean Baptiste Say e Adam Smith que se têm formulações mais restritas do empreendedorismo. Segundo a autora, Smith restringe o empreendedor a alguns tipos básicos de investidores (o *adventurer*, que se dedica a empreendimentos com alto risco, *projektor* aquele que se dedica em empreendimentos desonestos e o *undertaker*, aquele que se debruça em investimentos com a devida precaução e honestidade). Jean Say, por outro lado, elenca características de personalidade com as quais o empreendedor deve atuar, sendo ele racional e capaz de adotar ações inovadoras ao analisar as oportunidades que lhe são ofertadas. A autora destaca que estas são características que perduram na definição de empreendedor ainda atualmente (SALGADO, 2016, p. 24).

Com a proeminência do capitalismo industrial se configura uma nova persona ao empreendedor que, segundo Salgado (2016), passa a ser definido por deter a posse sobre os meios e produção. Deste modo, viabiliza a produção de mercadorias para comercialização. Em concordância, segundo Costa et al. (2011), o empreendedor passar a ser considerado um empresário que detém, organiza e encaminha seus produtos para comercialização. Posteriormente, ao retomar o trabalho de Max Weber e Werner Sombart, as pesquisas descrevem (SALGADO, 2016; COSTA et al, 2011) que o empreendedor passa aqui a ser considerado como um agente capaz de orientar os processos econômicos, dado a influência que exerce por conta do seu poder aquisitivo.

Com a produção de Joseph Schumpeter, segundo as autores (COSTA et al. 2011; SALGADO, 2016), há outra mudança em relação a definição da imagem do empreendedor, que passa a ser visto como o indivíduo com a potência criativa de produzir mudanças no modo de produção, não necessitando de uma demanda apresentada pelos consumidores, pois caberia ao empreendedor as rédeas da mudança em âmbito econômico. Além disso, a associação entre detenção da propriedade privada e empreender passa a ser deixada de lado novamente, já que é nesse período que surge a definição de intraempreendedor, em que bastaria o indivíduo produzir e executar essas mudanças criativas vinculado a uma empresa ou instituição para ser caracterizado como empreendedor.

Salgado (2016) destaca a influência que a *Teoria do Capital Humano*⁵ exerce numa nova ruptura da definição do empreender. É a partir da perspectiva ideológica de que o indivíduo é o maior e principal investidor em si próprio que passa a ser elaborada uma nova visão do trabalhador, que neste momento se torna comparável a uma empresa, no qual se deve investir continuamente para que possa gerar lucros:

O empreendedor, ao longo das últimas décadas do século XX, deixa de ser necessariamente o indivíduo raro, cuja atividade está essencialmente ligada à inovação na empresa capitalista, para se tornar um modo de ser e estar no mundo, uma subjetividade cada vez mais requerida por qualquer atividade do capitalismo neoliberal. (SALGADO, 2016, p. 32).

⁵ O conceito será melhor desenvolvido mais a frente na página 31

A influência do capitalismo neoliberal também é retomada por Costa et al (2011) ao afirmarem que os processos econômicos não ocorrem de forma isolada, sendo acompanhados por processos culturais e políticos. Desse modo, é importante para a vigência do neoliberalismo que haja uma cultura estabelecida em que os indivíduos enxerguem a si como potenciais empreendedores. Neste sentido, os autores afirmam que:

O resgate dessa valorização e a exaltação de um espírito empreendedor na atualidade são coerentes com a reformulação neoliberal da economia política contemporânea, na qual o espírito do capitalismo produz um repertório de explicações da realidade que toma a figura do executivo capitalista como matriz de conduta a ser disseminada pela sociedade inteira, fundada no investimento constante e exclusivo da vontade na produção da riqueza abstrata. (cf López-Ruiz, 2007) (COSTA et al., 2011, p. 190)

Julia Salgado (2016), ao analisar os discursos em torno do empreendedor, endossa essa perspectiva. Segundo a autora, há um processo cultural em curso que altera a imagem de trabalhador assalariado por empresas ou por instituições públicas para uma imagem onde todos os indivíduos seriam potenciais empreendedores. Essa mudança seria acompanhada por uma alteração na percepção do que seria especificamente o empreendedor, dessa maneira essa categoria passa a ter um caráter polissêmico, não possuindo um formato restrito, como pudemos ver ao longo do capítulo. A proliferação dessa percepção, segundo a autora, é possível devido a ampliação do sentido outrora atribuído que, como vimos, no período industrial restringia o empreendedor a figura do detentor de alto volume de capital e da propriedade privada. Deste modo, nas palavras da autora:

Sintoma dos tempos, a disseminação de múltiplos modos de ser empreendedor hoje reflete uma mudança mais ampla e estrutural no mercado laboral, que não se baseia mais essencialmente no trabalho estável e assalariado, mas confere cada vez mais importância e espaço ao trabalho autônomo e sem vínculo empregatício. Numa autotransformação necessária à sua perpetuação e disseminação, o empreendedorismo, enquanto modelo de atuação econômica, diversifica-se para conseguir dar conta de todo contingente de trabalhadores que passaria a englobar. (SALGADO, 2016, p. 15)

Dessa maneira, Salgado (2016) descreve e categoriza os tipos de empreendedorismo que tem sido propagados, sendo eles: *microempreendedor individual*, modelo peculiar ao Brasil gerado a partir de uma política pública que tem como objetivo regulamentar indivíduos que estavam em atividades informais; *empreendedor social*, indivíduos que investem com o objetivo de atingir um bem-estar coletivo e não com

objetivo apenas no lucro; *empreendedor digital*, aquele que tem nas ferramentas digitais sua maior característica distintiva, de modo que as mobiliza majoritariamente em prol do seu negócio; *empreendedor mirim*, jovens e crianças que iniciam no mundo dos negócios com pouca idade; *intraempreendedor*, atuam dentro de corporações e tem como principal característica o fato de mobilizarem novas ideias e soluções em prol desta; *empreendedor coletivo*, indivíduos que se unem em grupo para arcar tanto com os ônus como com os bônus do empreendimento; *empreendedor individual*, investe em produzir novidades mercadológicas afim de buscar o lucro; e, por fim, *mompreneur*, mulheres mães que buscam através do empreendedorismo uma conciliação entre o trabalho não remunerado e o remunerado.

Deste modo, Salgado (2016) salienta a importância de analisar as narrativas que cercam a figura do/a empreendedor/a produzida tanto pelos que assim se denominam, quanto por meios de comunicação, por instituições etc. Isso porque, argumenta a autora, as narrativas produzidas sobre o empreendedor e o empreendedorismo nada tem de trivial, sendo orquestradas por um interesse social em adequar os indivíduos a um novo *modus operandi* do mundo do trabalho e, afirma, “nossa percepção dos empreendedores pode, portanto, dever mais a convenções narrativas do que à experiência vivida dos empreendedores” (SMITH, 2006, p. 16 apud SALGADO, 2016, p. 54).

Desta maneira, é de suma importância compreender também quais são as consequências políticas dessa mudança no modelo de trabalhadores e trabalhadoras que é fomentado em um discurso empreendedor. Nele o indivíduo é altamente responsabilizado pela sua trajetória, tanto de conquistas quanto de fracassos, tirando de cena, muitas vezes, uma análise estrutural sobre as condições objetivas com as quais estes indivíduos têm que lidar para o alcance da alta performance de sucesso que deles é exigido. Essa característica dos discursos empreendedores é apontada por Salgado (2013; 2016) e Costa et al (2011) como uma nova cultura do trabalho, que fomenta uma responsabilização individual sobre a trajetória dos indivíduos e, além disso, apresenta esse tipo de trabalho como uma solução para o desemprego em massa. Voltaremos a esta dimensão no último tópico deste capítulo, onde abordaremos o caso das mães

empreendedoras e, como no caso delas, isso é mais acentuado, dado os múltiplos papéis sociais aos quais são constrangidas a atuar.

Marcel Maia (2019), nesse mesmo sentido, afirma que é necessário que empreendedores e empreendedoras incorporem em seu discurso, de modo sincrônico, um texto e uma performance que não deixe espaço para a dúvida sobre sua propriedade em agir como um empreendedor. Nesta direção, são produzidos signos e linguagens específicas do mundo compartilhado por esses atores, com a finalidade de legitimá-los nesta maneira de ser e estar no mundo do trabalho.

Ésther (2019), ao tratar também sobre o fenômeno do empreendedorismo, afirma que este tem sido construído a partir de um novo imaginário social e modo de agir. Este é pautado através de uma perspectiva que indica o trabalhador como quem deve gerenciar sua força de trabalho, aspecto que já fora evidenciado pelos autores e autoras acima. Além disso, o autor traz uma reflexão importante em relação ao papel do Estado, afirmando que esta conjuntura pode acabar por produzir uma ausência de reflexão ou de responsabilização daquele na criação de políticas públicas e nos debates sobre desemprego. Isso porque o indivíduo é visto como o principal responsável por seu trabalho e pela geração de oportunidades, devendo ele mesmo autonomamente conduzir sua carreira para o sucesso.

Ainda nesta perspectiva crítica, López-Ruiz (2004), sustenta que há uma forte influência da teoria do Capital Humano na mudança ocorrida no mundo do trabalho. O autor descreve, portanto, que anteriormente os indivíduos habitavam uma “sociedade de empregados”, onde havia uma forte concentração da propriedade privada e, por isso, não poderia preponderar um ideário de que haveria a potência de ser empresário para todos, pois empresário era aqui constituído pela posse da propriedade privada. O conceito de capital humano, formulado por Theodore W. Schultz, e retomado por López-Ruiz (2004) consiste e na ideia de que o indivíduo é passível do desenvolvimento de capacidades e habilidades mediante ao investimento, havendo, posteriormente, a possibilidade de um retorno financeiro. Nas palavras do autor:

Hoje, por exemplo, muitas das práticas sociais ou das ações individuais são apreciadas em termos de “rentabilidade”, quer dizer, em termos de “a capacidade de produzir um benefício”; benefício que, embora nem sempre econômico, acaba estando orientado por – e sendo pensado e valorado a partir de – uma lógica econômica. (LÓPEZ-RUIZ, 2004, p. 33)

López-Ruiz (2004), afirma que teoria do capital humano influenciou para além do campo em que foi proposta a discussão – o econômico – por conta da incorporação de teorias cientificamente legitimadas na disciplina de administração e, passa a ser incorporada no cotidiano dos indivíduos, isso porque suas ideias impregnam no tecido social e passam a influenciar os modos de ser e estar no mundo dos indivíduos. Agora, segundo o autor (*ibidem*), o “investimento” no desenvolvimento de determinadas habilidades passa a operar nas dinâmicas sociais para medir se há valor ou não que este pode agregar.

É importante pensarmos, portanto, a partir do prisma do gênero, como a Teoria do Capital Humano pode ser aplicada (e suas limitações) na análise da inserção laboral de mulheres. Isso porque estudos recentes apontam para diferença no nível de escolaridade entre homens e mulheres, sendo mais alto para elas do que para eles (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001). Porém, isso não se reflete necessariamente na ocupação dos melhores postos de trabalho e salários mais altos. O grupo com nível universitário, inclusive, é o segmento onde os diferenciais salariais entre homens e mulheres são os maiores. Essa desigualdade, segundo Guedes (2015), tem origem na divisão sexual do trabalho e na apropriação, por parte das mulheres, de outras racionalidades que não apenas a econômica.

Além disso, ao tratar a questão do investimento em qualificação da mão-de-obra, as pesquisas (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001) corroboram a argumentação de que existem outras variáveis que interferem na inserção nos variados postos de trabalho. O acesso a formação educacional não se mostra suficiente para uma melhor inserção no mercado de trabalho, dado que essa é altamente influenciada pelas dinâmicas familiares, nas quais as mulheres são as principais responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidado – principalmente quando o cuidado é destinado a filhos pequenos (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001, p.164).

Ao se debruçar em um estudo sobre empreendedorismo feminino de um grupo em Cuiabá, Mato Grosso, Ferrari (2019) recorre à um arsenal teórico que versa sobre o tema do empreendedorismo a partir da literatura econômica. Deste modo, a autora mobiliza dois conceitos chaves em sua análise – conceitos estes que também foram utilizados até 2018 pelo *Global Entrepreneurship Monitor*⁶ (GEM) em seus levantamentos de dados – quais sejam: Empreendedorismo por Necessidade e Empreendedorismo por Oportunidade. A importância da aplicabilidade desses conceitos, de acordo com a autora, reside na possibilidade de avaliar o impacto diversificado que os dois tipos de entrada no empreendedorismo exercem. Enquanto o empreendedorismo por oportunidade estaria ligado à inovação, tecnologia e ao desenvolvimento econômico, o empreendedorismo por necessidade estaria atrelado à uma saída que indivíduos encontram para a recessão econômica e o desemprego (FERRARI, 2019, p. 43).

Neste sentido, é importante ressaltar que outras pesquisas também indicam a relação estreita entre o aumento do empreendedorismo quando há crescimento do desemprego (COSTA et al, 2011; SALGADO, 2013; SALGADO, 2016). Isso caracterizaria um aumento na proporção de empreendedores por necessidade (FERRARI, 2019). Ludmila Abílio (2011), em sua análise, endossa também o argumento de que há uma ligação estreita entre a atividade empreendedora e o desemprego, afirmando que essa se caracteriza, na maioria das vezes, como forma de “gestão – neste caso, autogestão – de sua sobrevivência.” (POCHMANN, 2008 apud ABÍLIO, 2011). Além disso, é importante lembrar que as mulheres são afetadas de forma mais significativa durante os períodos de crise, de modo que sofrem com empregos precários e são mais atingidas pelo desemprego (ARAÚJO et al, 2018, p. 19-20).

⁶ Segundo descrição própria no site do instituto: “O programa de pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), de abrangência mundial, é uma avaliação anual do nível nacional da atividade empreendedora. Teve início em 1999, com a participação de 10 países, por meio de uma parceria entre a *London Business School*, da Inglaterra, e o *Babson College*, dos Estados Unidos. Nesses 10 anos, mais de 80 países participaram do programa, que permanece crescendo ano a ano. Atualmente, no mundo, o GEM é o maior estudo contínuo sobre a dinâmica empreendedora.”. Link: <http://www.ibqp.org.br/gem/>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020, às 17:27.

2.2. Empreendedorismo feminino

É a partir da concepção já apresentada aqui neste capítulo de que tem sido expandido o sentido de empreendedorismo para abarcar uma maior quantidade de indivíduos, que dedicaremos esse tópico a analisar o que tem sido produzido a respeito do chamado empreendedorismo feminino. Apesar de não ter sido elencado por Salgado (2016) como um dos tipos hoje em vigência, retomaremos algumas pesquisas se dedicam ao estudo do objeto em questão. Com base nos dados disponibilizados pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM), pesquisas apontam o crescimento da participação de mulheres no ramo do empreendedorismo (FERREIRA & NOGUEIRA, 2013, p. 400; FERRARI, 2019, p. 15; GOMES et al, 2014). É de suma importância, diante disso, pensar como ocorre essa inserção no mercado de trabalho via empreendedorismo, analisando a partir do prisma do conceito de divisão sexual do trabalho. Como já apontado no capítulo anterior, esta prejudica a inserção de mulheres no trabalho remunerado, dado sua sobrecarga de trabalho não remunerado (doméstico e de cuidado).

Eva Jonathan (2011), ao analisar o exercício do poder por mulheres empreendedoras, afirma que há uma tendência inovadora quando estas optam por esse tipo de investimento. Isso porque para elas há maior dificuldade de ocupar os cargos mais altos. Na perspectiva da autora, promovem o início de uma mudança cultural e “um contraponto à exclusão do gênero feminino no processo sucessório de empresas” (JONATHAN, 2011, p. 67). Para discutir esse processo, traz dados outrora coletados em suas pesquisas para destacar as motivações, as consequências e as dificuldades das empreendedoras em questão. A principal motivação observada é a busca por um sentimento de realização própria, em que as empreendedoras afirmam querer ter mais poder de decisão sobre sua própria jornada de trabalho. Em segundo plano aparece a autonomia financeira em relação a quem elas partilham a vida, buscando, através do empreendimento, independência. Como terceira motivação, aparece a mudança no cotidiano doméstico e privado estimulando a inserção no mundo laboral via empreendedorismo. Em quarto lugar aparece o fato de já não ter vínculo empregatício durante um período.

Uma das principais consequências apontadas no estudo é o sentimento de bem-estar vivenciado pelas empreendedoras ocasionado pela autonomia no gerenciamento das próprias ações, vivência do processo criativo e o sentimento de conquista de objetivos pessoais através do trabalho, o que produziria o que a autora chama de “autoimagem de vencedora” (JONATHAN, 2011, p. 73). Outra consequência seria a percepção de que há muitos encargos e responsabilidades e, por isso, pouco tempo para si e para a família por ter uma longa jornada de trabalho diária. Uma das dificuldades apresentadas estaria ligada, justamente, a essa grande quantidade de responsabilidades atribuídas às empreendedoras. Porém, a autora ressalta uma visão otimista entre elas, que se enxergam como vitoriosas por conseguir equilibrar múltiplas demandas.

Em perspectiva próxima, Ferrari (2019) ao analisar um grupo de empreendedoras em Cuiabá, visa responder se o empreendedorismo é capaz de produzir um empoderamento dessas mulheres frente ao mercado de trabalho que é marcado pelas desigualdades de gênero. A autora constata que apesar do número de mulheres empreendedoras superar o número de homens nessa mesma função no Brasil, pôde observar que maior número de mulheres se fixa às atividades empreendedoras iniciais, em contrapartida dos homens que em sua grande maioria ocupam as atividades empreendedoras estabelecidas (FERRARI, 2019). Destaca também que a atividade empreendedora por mulheres no Brasil decorre numa grande maioria das vezes como consequência de uma precarização no mercado de trabalho, fazendo com que estas busquem nesse tipo de labor uma forma de sobrevivência e segurança, por se tratar de uma atividade autônoma.

Aqui podemos salientar uma relação direta com o que já fora apontado pelas pesquisas que versam sobre o empreendedorismo que trouxemos acima, onde este é representado através dos discursos como uma atividade que depende em grande parte do investimento do indivíduo em si e nas suas próprias potencialidades, dando ênfase a uma característica de livre iniciativa da qual o empreendedor deve ser dotado. Além disso, a autora ressalta que a importância da caracterização como “feminino” ao falar desse tipo de empreendimento decorre do fato de que quando as mulheres se inserem nesse tipo de trabalho estão contrapondo um ambiente que outrora fora considerado apenas como

masculino e, nesse sentido, a “expressão que auxilia na intenção de marcar a presença da mulher nessa atividade” porém, constata, “vem carregada de estereótipos adquiridos ao longo da história para marcar a divisão do trabalho entre homens e mulheres.” (FERRAI, 2019, p. 62).

Deste modo, pensar em termos de empreendedorismo feminino aciona signos, significados e percepções de papéis sociais que foram construídos em torno da noção de “feminino” e isso fica latente também quando pensamos acerca do empreendedorismo *materno*. O destaque, nesse caso, vem retomando e acionando o que os indivíduos têm de arsenal sobre os papéis socialmente atribuídos à noção de maternidade. Esse fato suscita reflexões importantes para discutirmos o que Ferrari (2019) nos traz como questão para as pesquisas sobre empreendedorismo materno, onde é importante pensar em que medida as estruturas de divisão sexual do trabalho são acionadas no caso em questão. Isso porque o debate sobre “conciliação” da família e trabalho aparece na maioria dos discursos acerca de empreendedorismo feminino e materno (como veremos mais a fundo no terceiro capítulo), de modo que pode trazer um acionamento imediato de responsabilização de mulheres e mães sobre o trabalho doméstico e de cuidado.

Podemos pensar, portanto, qual é a peculiaridade do empreendedorismo feminino que o distingue dos outros empreendimentos apontados por Salgado (2016). Se torna instigante que o tipo de trabalho protagonizado por essas mulheres ou mães sejam classificados pelo gênero antes de outros atributos. Tornar esse aspecto uma questão, e não tratar como algo dado – como sugere Scott (1995) – lança luz sobre outros tipos de classificações que marcam os nichos de atividades (invisibilizados por se serem mulheres).

Além disso, outra questão seria de que maneira o empreendedorismo classificado como feminino mobiliza as relações sociais de sexo. Isso porque, retomando o que vimos no primeiro capítulo, o gênero só existe de modo relacional. Isto é, feminino só existe em relação ao masculino. Quando, neste caso, destacamos uma atividade como “feminina” ou “materna” estamos demarcando-a em relação a um gênero, de modo que esta é sua característica primeira de distinção em relação ao tipo de serviço oferecido, por exemplo. É importante pensar se, ao acionar este tipo de caracterização a partir do gênero, há algum

impacto na já vigente divisão sexual do trabalho que separa e hierarquiza (KERGOAT, 2009).

Para Astorga (2019), o empreendedorismo feminino tem sido impulsionado para mulheres como uma atividade que permite a “conciliação” entre o trabalho doméstico e não remunerado e a atividade remunerada, principalmente a partir da possibilidade de flexibilidade que este tipo de atividade proporciona. Aspecto importante trazido por Astorga (2019) e que também foi salientado por Salgado (2016) diz respeito a uma redução das horas de trabalho remuneradas, diferentemente da flexibilidade no “clássico empreendedorismo” que teria um aumento das horas dedicadas a esse trabalho.

Em contrapartida, o que pode ser percebido também é que a participação destas mulheres é maior que a dos homens no empreendedorismo por “necessidade”. Os achados da pesquisa de Natividade (2009) mostram que esse aumento da participação feminina se deve à dificuldade dessas mulheres se realocarem no mercado de trabalho formal após o avanço da flexibilização do trabalho, o que acaba por posicioná-las de forma mais significativa em empreendimentos por necessidade e, afirma:

A ocupação dessa categoria por necessidade, porque não dizer sobrevivência, reforça o entendimento do complexo cenário de desigualdades vivido pela parcela feminina. Muitas delas, diante da precariedade de espaços profissionais onde possam empenhar sua força de trabalho e da crescente desigualdade, empenham seu conhecimento em atividades autônomas. (NATIVIDADE, 2009, p. 235).

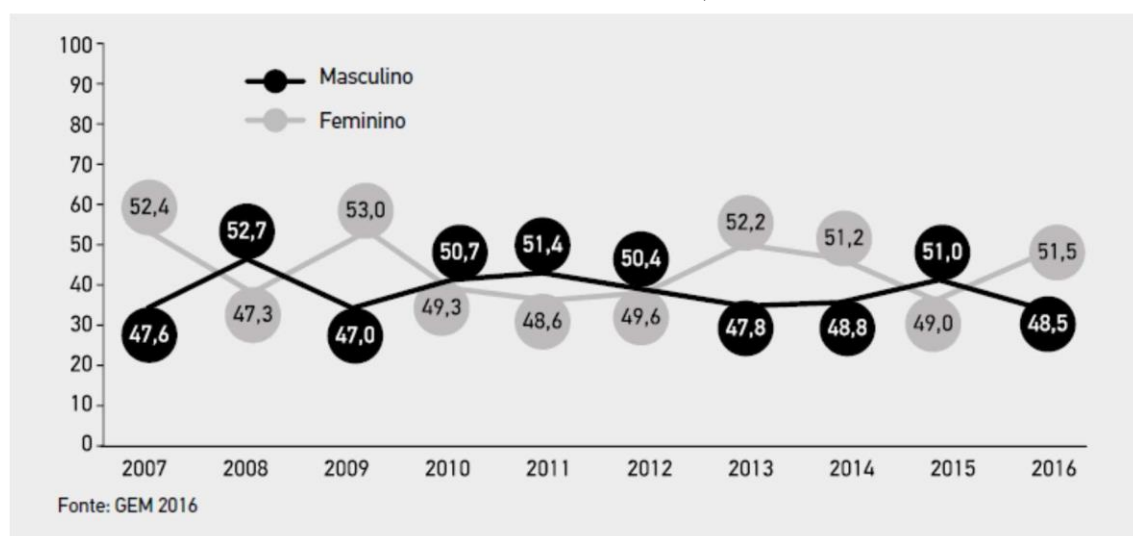
A autora percebe que a idade entre 25 e 34 anos é onde há maior participação feminina impulsionada pelo empreendedorismo de necessidade. Esse é justamente o período em que as mulheres brasileiras têm tido filhos (NATIVIDADE, 2009). Outro fator importante para análise é que, quando observamos os dados sobre os empreendimentos iniciais⁷ (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2007; GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2019), há maior proximidade entre homens e mulheres, inclusive com estas ultrapassando-os em alguns anos (2007, 2009, 2013, 2014 e em 2016). Porém, ao observarmos os dados referentes aos empreendimentos

⁷ Empreendimentos novos, que ainda não pagam salários a funcionários, ou que tem até 42 meses. (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2016)

estabelecidos⁸, podemos notar que a diferença média entre homens e mulheres é de 14,5%, não tendo as mulheres ultrapassado os homens nos últimos nove anos⁹, o que pode caracterizar dificuldades das empreendedoras em dar continuidade aos negócios a longo prazo. Como podemos notar nos gráficos abaixo.

Gráfico 1 - Distribuição relativa dos empreendedores iniciais por sexo (Brasil 2007-2016)

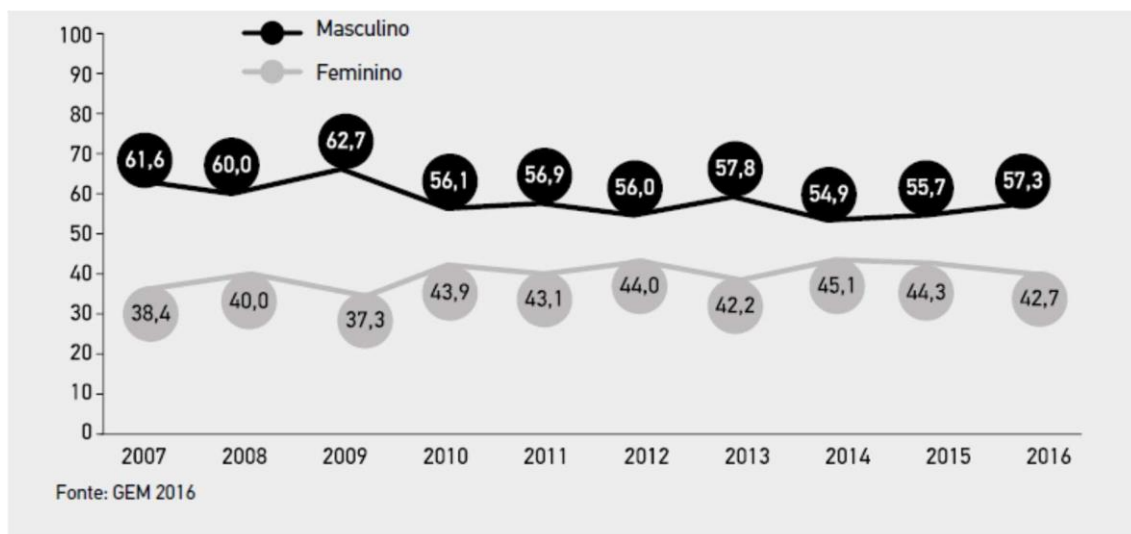
Fonte: Relatório GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2016.



⁸ Empreendimentos já considerados como consolidados, que garantem rentabilidade aos proprietários por um período superior a 42 meses. (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2016)

⁹ Os anos aqui fazem referência a última divulgação de relatório do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), disponível em: <http://ibqp.org.br/wp-content/uploads/2017/07/AF-GEM-Nacional-BAIXA.pdf>

Gráfico 2 - Distribuição relativa dos empreendedores estabelecidos por sexo (Brasil 2007-2016)



Fonte: GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2016.

Alperstedt et al (2014) afirmam que, além das dificuldades gerais que perpassam os empreendedores, as mulheres ainda têm que lidar com as desigualdades pertinentes ao gênero, que dizem respeito à recursos e tempo distintos. Outro aspecto importante salientado pelos autores é que, em contraponto aos outros tipos de empreendedorismos que exigem a disponibilidade de jornada de trabalho estendida, no empreendedorismo feminino sua jornada de trabalho remunerado é reduzida. Neste sentido, pode-se perceber que esses aspectos diferenciam socialmente trabalhos como femininos e masculinos e faz com que mulheres dediquem menos tempo ao trabalho remunerado em decorrência do acúmulo de trabalho na esfera não remunerada. Isso faz com que elas experimentem sensações duais em relação ao ato de empreender. Porque, apesar de sentirem o prazer da autonomia e da realização, elas também se sentem com excesso de demandas no âmbito familiar e doméstico. Neste sentido, observam que

Entretanto, esse sentimento de culpa vivenciado pelas mulheres é driblado a partir de uma consciência de que estão em busca de uma melhor qualidade para a família, que é destacada na pesquisa como o valor central na vida das empreendedoras (ASPERSTEDT et al, 2014, 231). Um dado interessante desta pesquisa, a qual teve como dados as entrevistas disponibilizadas por 86 participantes do prêmio “SEBRAE Mulheres

de negócios” no estado de Santa Catarina no ano de 2010, foi que apenas 8% do financiamento das empresas gestadas por mulheres tinham capital de bancos ou instituições; em segundo plano (43%) vinha o financiamento de familiares ou pessoas próximas e majoritariamente (57%) elas contavam com recursos próprios.

Alperstedt et al (2014) concluíram, a partir dos relatos, que a condição de gênero é um forte agravante de dificuldades no processo de empreender. Isso porque, além das dificuldades comuns ao gestar uma empresa própria também são acrescidas desigualdades como preconceitos e deslegitimação em alguns espaços pelo fato de serem mulheres – principalmente quando em ambientes tidos socialmente como masculinos.

Teixeira e Bonfim (2016) destacam a crença de que é inerente às mulheres conseguirem executar múltiplas atividades ao mesmo tempo. Além disso, as autoras afirmam que ainda há uma ideia internalizada de que o trabalho não remunerado doméstico e de cuidado é algo feminino e que, com isso, há pouca mobilização masculina nesse sentido. As autoras fazem referência ainda a um estudo que busca propor soluções para a resolução do conflito entre família e o trabalho no caso de mulheres empreendedoras (SHELTON, 2006 apud TEIXEIRA & BONFIM, 2016). Sendo as propostas elaboradas pela autora para que não haja o conflito: 1. A não constituição de família ou empresa; 2. A constituição de uma família pequena e o auxílio para realização de atividades relacionadas a esta; 3. Por fim, que haja um compartilhamento do conflito a partir do que ela chama de “delegação” tanto a profissionais quanto a pessoas atreladas a família.

Como vimos no primeiro capítulo, a delegação é abordada como um dos dois modos (além da conciliação, que atravessa praticamente toda esta dissertação) mais comuns realizados por mulheres nos estudos de Kergoat e Hirata (2007). Longe de impulsionar uma mudança na divisão sexual do trabalho, esta saída acaba por ser quase sempre conduzidas por mulheres (tanto a delegação quanto a conciliação), quanto acabam por delegar essa tarefa para outras mulheres. Em linhas gerais, isso não modifica o quadro desigual.

Neste sentido, uma das questões evidenciada pelas autoras é a administração temporal como um dos fatos que desencadeiam conflitos na percepção da relação entre família e trabalho, fator que já fora apontado por outros pesquisadores (DEDECCA et al,

2009; CORDEIRO, 2013; RAMOS, 2009). Essa tem sido inclusive proposta como uma metodologia de análise – os usos do tempo. Deste modo, um dos achados da pesquisa (TEIXEIRA; BONFIM, 2016) é que a flexibilidade de horários é um dos motivos que aparece de forma recorrente para a opção pelo empreender. Mesmo diante dessa opção, os resultados da pesquisa indicam que é nessa esfera que as empreendedoras se encontram menos satisfeitas, se compararmos em relação ao trabalho. O que mais aparece como desencadeador de sentimento de culpa ou de avaliação negativa sobre o próprio desempenho diz respeito a “deixar a desejar” em relação aos filhos/família ou então sentir culpa em relação aos filhos¹⁰.

Não se trata de uma contradição, porém, em nossa perspectiva de análise que as mulheres tenham desempenho distinto do dos homens no empreendedorismo. Isso porque o gênero é um marcador social da diferença, que as posiciona de modo diferenciado no mercado de trabalho e na esfera não remunerada. Deste modo, carecem estudos nas ciências sociais que deem conta de mapear os discursos que têm sido construídos acerca do empreendedorismo feminino e materno que falam de uma mudança drástica na estrutura social a partir de ações individuais.

Visitamos alguns websites de instituições voltadas para o público feminino neste tipo de atividade e selecionamos alguns exemplos do que vem sendo difundido: “soluções de equidade e gênero que transformam a relação entre maternidade e trabalho.”¹¹, “Nossa equipe acredita que quando uma mulher é empoderada financeiramente, ela não muda só a realidade de sua família, mas também a da sociedade.”¹² e “...onde as mulheres podem desenvolver seus potenciais e talentos, se preparar para ingressar no mercado de trabalho ou para criarem seus próprios negócios, e assim conquistar autonomia financeira e viver livres de qualquer tipo de violência.”¹³. Outro exemplo muito significativo é o livro virtual

¹⁰ Sendo aqui importante destacar que as autoras (TEIXEIRA et al, 2016, p. 58) puderam perceber esse sentimento mais presente nas empreendedoras que tem filhos mais novos.

¹¹ Frase contida no perfil do Instagram na startup Maternativa, disponível em <https://www.instagram.com/maternativa/>, acessado em 26 de fevereiro de 2020.

¹² Frase retirada do site Rede Mulher Empreendedora, disponível em <https://rme.net.br/redemulherempreendedora/>, acessado em 26 de fevereiro de 2020.

¹³ Frase retirada do site Poder Rosa, disponível em https://poder-rosa.com/programas/casa-da-mulher-empreendedora/?gclid=CjwKCAiAy9jvBRA6EiwAeclQhJ3tjWcr2Wx2gAMD5c7HY3lsK8a8v4PKhJF5UZ_Hw0jvUqONMosvWxoCw9sQAvD_BwE, acessado em 26 de fevereiro de 2020.

(Ebook) lançado pelo Banco Itaú no ano de 2019 sob o título de “*Somos empreendedoras*”, em comemoração de cinco anos do programa “Mulher empreendedora” conduzido pela empresa. Nele o empoderamento feminino é pensado através da criação de negócios e geração de “igualdade de gênero”, o segundo capítulo tem o título de “*Nasce uma mãe, nasce uma empresa*” (Itaú Mulher empreendedora, 2019, p.10). Esses são apenas alguns exemplos sobre a narrativa que pode vir a ser incorporada na construção de um imaginário social sobre o que é ser empreendedora, dado que estes grupos se posicionam como referências para mulheres que buscam esse tipo de trabalho específico.

Nessa perspectiva que retomamos a pesquisa de Cornwall (2018), onde se discute o “empoderamento light”. A autora ressalta debates de feministas que estavam discutindo o gênero sobre a perspectiva das desigualdades persistentes usando-os de modo a “simplesmente incorporar as mulheres nos mercados de trabalho sustentadas por normas e práticas desiguais.” (CORNWALL, 2018, p. 186), o que a autora irá chamar de “confluência perversa”¹⁴. Esta consiste na formulação de um discurso de empoderamento feminino como forma de potencializar suas qualidades para que essa seja encaixada no projeto de desenvolvimento “cujo empoderamento pode ‘elevar’ sua família, comunidade e país para sair da pobreza” (CORNWALL, 2018, p. 187) sem que haja nesse discurso confrontação das estruturas materiais que mantêm relações sociais desiguais. A autora destaca, nesse sentido, duas características centrais do *empoderamento light*: 1. Grande ênfase ao aspecto monetário como passo central para o empoderamento; 2. Promessas de retornos enormes em detrimento dos investimentos feitos por agências¹⁵. A problemática, para a autora, consiste principalmente na quase equivalência entre o acesso à dinheiro e o empoderamento.

Além disso, Cornwall enfatiza que as mudanças no mercado de trabalho trazem consigo uma forma mais precária de trabalho para as mulheres por conter relações mais

¹⁴ Termo cunhado por Evelina Dagnino (DAGNINO, 2007 apud CORNWALL, 2018, p. 186) e utilizado pela autora.

¹⁵ Para essa característica a autora cita a ONU Mulheres como exemplo a partir da seguinte citação: “Um Investimento de Alto Retorno. Há grandes esperanças para a ONU Mulheres. Assim como a ambição e a necessidade de ações corajosas. É possível imaginar o fim da discriminação contra as mulheres se os investimentos certos forem feitos...” (UN Women, 2011 apud CORNWALL, 2018).

frágeis, de modo que “a informalização da mão de obra deixa as mulheres recém-ingressantes no mercado de trabalho vulneráveis aos caprichos do mercado e à exploração” (RAZAVI; DANLOY; PEARSON, 2004 apud CORNWALL, 2018, p. 197). Deste modo, o discurso é conduzido de modo a responsabilizar mulheres através de sua ascensão econômica, eximindo um debate sobre direitos sociais e sobre uma mudança nas dinâmicas sociais que coloque fim nas desigualdades que seria alcançada, aliás, através da ascensão econômica apenas. Não trata para autora, no entanto, de afirmar que não há benefícios para as mulheres através de sua ascensão econômica. O que enfatiza é que

Tais intervenções de ‘empoderamento’ podem melhorar um pouco a situação das mulheres em termos de todas as outras restrições que enfrentam em suas vidas, ao mesmo tempo que não conseguem ter qualquer efeito nas relações de poder estrutural que produzem as desigualdades que enfrentam em primeiro lugar. (CORNWALL, 2018, p. 208)

Outro aspecto da narrativa analisada pela autora é que as mulheres que são mães aparecem como as que devem agora, a partir do investimento que nelas está sendo fomentado, investir no capital humano familiar, é nelas que é depositado o dever de ser responsável, através do seu potencial econômico, em fornecer o acesso de familiares a serviços que outrora eram fornecidos pelo Estado, como saúde e educação, onde “o objeto da ascensão é implicitamente a boa mulher, aquela que está em conformidade com as normas sexuais e de gênero, e obedientemente usa sua engenhosidade e renda para cuidar dos outros.” (CORNWALL, 2018, p. 210)

O que podemos perceber, portanto, da bibliografia investigada é que o *empreendedorismo feminino* tem sua utilização central em três características principais: 1. O gênero feminino como marcador da diferença; 2. Um discurso atrelado a uma mudança cultural pilotada por mulheres para superar as desigualdades de oportunidades no mercado de trabalho na ocupação da profissão; 3. Por fim, uma ligação direta com o trabalho não-remunerado executado, em sua grande maioria, por mulheres. Mais especificamente a “conciliação” com a família, aspecto que pode demonstrar que não é só o cuidado primário referente aos filhos que é levado em conta no imaginário social quando fala-se sobre o trabalho feminino, mas também o trabalho de cuidado com outros familiares.

2.3. Empreendedorismo materno

Como as questões do trabalho de cuidado e doméstico aparecem como uma característica central do empreendedorismo feminino, a fim de abordar justamente a busca por “conciliação” entre as atividades não remuneradas e remuneradas executadas por mulheres, é que podemos observar emergir os debates sobre *empreendedorismo materno* em diversas esferas da vida social. Neste caso específico, trata-se da responsabilização por executar o trabalho de cuidado com os filhos. Na produção de políticas, discursos institucionais, individuais, na mídia e, também, na produção acadêmica, que busca mapear e compreender os sentidos que essa narrativa ganha nas relações sociais.

Apesar de estar em voga na dinâmica social, ainda são poucos os estudos, principalmente na área das ciências sociais, que concentram esforços em discutir o empreendedorismo materno e como esse conceito vem sendo mobilizado no tecido social, evidenciando associações perversas entre a condição feminina de precariedade no mundo do trabalho e ideais neoliberais. Além disso, também é limitada a produção de dados qualitativos e quantitativos que nos auxiliem em uma análise sobre esse tipo de atividade específica. Isso porque, como já abordamos, é de suma importância compreender a dinâmica entre trabalho não remunerado e seus impactos sobre a inserção no mercado de trabalho. Esse aspecto é de suma importância neste caso, principalmente se pensamos que o empreendedorismo materno carrega, já na sua nomenclatura, uma ideia de articulação entre trabalho produtivo e reprodutivo. Ele não é “materno” por ser voltado para atender demandas de mulheres mães, mas sim porque é executado por profissionais que são mães.

O destaque de Salgado e Jorge (2018) ao analisarem o empreendedorismo materno – inclusive, tendo como campo de análise o mesmo que este trabalho – é que, ao adentrar o trabalho remunerado, as mulheres devem encarar duas questões importantes: 1. Lidar com o preconceito e as desigualdades; 2. O acúmulo expressivo de trabalho não remunerado que é por elas executado. O empreendedorismo materno aparece nos

discursos, apontam as autoras, como forma de performar os diversos papéis que a elas são atribuídos, uma forma de “conciliação” possível.

As autoras retomam o uso histórico da categoria *momprenneur*, afirmando que esta foi elaborada em 1996, classificando como a maior contribuição do livro de Patrícia Cobe e Ellen Parlapiano¹⁶, que tinha como objetivo ser um guia prático para mães que trabalham em casa, e acabou por categorizar um modo de estar no trabalho remunerado que já ocorria, mas que ainda não tinha sido nomeado. Desse modo, de 1996 até 2020 o uso da categoria tem aumentado de forma exponencial, “chama atenção não apenas pela influência subjetiva que tal dispersão discursiva representa, mas também pela potência mercadológica que ela traz consigo.” (SALGADO & JORGE, 2018, p. 3). Ou seja, além do impacto do discurso sobre empreendedorismo materno nas práticas sociais, ainda há a potencial mudança que este discurso-prática pode manifestar no modo de organização no mercado de trabalho.

Os dados analisados por Salgado e Jorge (2018) vão de encontro com a argumentação de diversas autoras e autores que pesquisaram o empreendedorismo feminino e que foram apresentados ao longo desse capítulo. Elas evidenciam como uma das maiores dificuldades relativas a essa atividade o “gerenciamento do tempo” e “conciliar família e trabalho”. Isso demonstram a distância entre uma idealização do que o empreendedorismo materno poderia proporcionar, em que as mulheres empreendedoras seriam autônomas e protagonistas em gerenciar o próprio tempo para ter mais qualidade no trabalho de cuidado, e a “realidade” : a dificuldade consiste justamente no que era depositada a expectativa.

Apesar de as mães empreendedoras indicarem como principal motivo para iniciar o negócio a vontade de se dedicar a algo que gostam, as autoras (SALGADO & JORGE, 2018) indicam, a partir da análise do discurso, que o início da atividade empreendedora vem em decorrência a um questionamento sobre as condições no trabalho assalariado. Neste sentido, o empreendedorismo aparece nos discursos como uma forma de libertação,

¹⁶ O nome da obra em questão é “Momprenneurs: A Mother’s Practical Step-by-Step Guide to Work-at-Home Success”

pois há o rompimento com a rigidez do trabalho assalariado e a possibilidade de se dedicar à demanda que a maternidade coloca. Nas palavras das autoras:

Dentro desta construção, o empreendedorismo materno surge como solução perfeita: seria possível dedicar-se a um trabalho no qual se faz o que realmente gosta e, ainda, ter total gerência sobre sua rotina, com tempo para acompanhar de maneira ativa o crescimento dos filhos, sem delegar nada a terceiros. (*ibidem*, p. 6)

Após uma breve pesquisa sobre imagens relacionadas a empreendedorismo materno na plataforma do Google, as autoras ressaltam alguns aspectos. Imagens ligadas a *home office*, fazendo alusão a capacidade de executar diversas atividades ao mesmo tempo e, além disso, da capacidade de realizar atividades em sua máxima potência. Essa última característica, porém, elas atribuem às mudanças no *modus operandi* econômico, que não atingem apenas as mulheres e sim todos os indivíduos que agora devem arcar com atribuições que antes eram associadas ao Estado de bem-estar social (aspecto que é trabalhado na primeira parte deste capítulo em outras referências sobre o empreendedorismo). Deste modo, são fomentadas percepções, como trouxe a análise de Salgado (2016), sobre a autonomia do indivíduo em investir em seu próprio sucesso.

O caso das mulheres mães que optam por empreender, afirmam as autoras (SALGADO & JORGE, 2018), não foge ao padrão do que tem sido fomentado neste discurso. O que elas destacam, porém, é a junção dessa nova ideologia com uma noção de que as mulheres conseguem desenvolver mais atividades ao mesmo tempo que os homens. Isso se soma a uma já instaurada cultura que relega às mulheres o trabalho doméstico e de cuidado, o que faz com que o foco da conciliação entre essas atividades e a remunerada só sejam elaboradas quando se fala do trabalho feminino. Além disso, o que viria em consequência a não cumprir esses níveis de exigência que são colocados a elas seria um sentimento de fracasso.

Neste sentido, são mobilizadas nos discursos qualidades como “resiliência” ou “força de vontade” que moldariam uma trajetória de sucesso para as mulheres mães empreendedoras, o que se trata de uma característica “... do sistema neoliberal, que tende para a privatização de toda e qualquer responsabilidade pelo destino individual.” (SALGADO & JORGE, 2018, p.10). Desta maneira, concluem as autoras, a narrativa

construída em torno do empreendedorismo materno é muitas vezes pensada a partir da lógica meritocrática em que há uma responsabilização individual e uma demanda para que essas mulheres performem os papéis sociais que a elas são postos, ao contrário do carácter de “empoderamento” ou de “transformação” que aparece nos discursos.

O que difere nossa pesquisa diz respeito ao questionamento do “empreendedorismo materno” ser construído entorno da “conciliação” e, contraditoriamente, como proposta de ruptura com as desigualdades decorrentes da sobrecarga de trabalho de reprodução social executado por mulheres. O que discutimos, deste modo, no primeiro capítulo e neste segundo, tem a ver com que Biroli (2015) chama de “formas desiguais de inclusão” (*ibidem*, p. 91) que vem sendo construída sob a pretensa narrativa de igualdade, mas que não rompe com uma naturalização do trabalho de cuidado como responsabilidade prioritária das mulheres.

Um aspecto que é importante ser ressaltado – e que retomaremos em análise do objeto no terceiro capítulo – é que a busca por empreendedorismo por parte das mães aparece nas bibliografias aqui mobilizadas tanto como uma forma de iniciar uma inserção no mercado de trabalho como também uma modo de se reinserir no mercado de trabalho. Ora, a maternidade é vivenciada então como um elemento crucial para pensar ou repensar a inserção no trabalho remunerado. Esse fato diz tanto sobre os possíveis constrangimentos que incidem sobre as mulheres que são mães no mercado de trabalho, quanto sobre o gerenciamento das dinâmicas de trabalho e família, que, como pontuam Sorj et al (2007) “repercute nas oportunidades laborais das mulheres, notadamente das mães com filhos dependentes” (SORJ et. al, 2007, p.577).

Capítulo 3 - O empreendedorismo e a [re]produção da maternidade

Nesta matéria, tudo muda, mas nada muda

Helena Hirata e Danièle Kergoat

Embasados pelo arsenal teórico sobre as narrativas construídas acerca dos diversos tipos de empreendedorismo, dos estudos de gênero e dos papéis socialmente atribuídos aos homens e às mulheres na divisão sexual do trabalho, partiremos para uma análise empírica do grupo Maternativa. Deste modo, temos como objetivo deste capítulo responder duas questões que foram elaboradas ao longo da pesquisa. A primeira questão é: como são elaboradas narrativas sobre o empreendedorismo denominado como materno. A segunda questão diz respeito ao modo de elaboração dos discursos sobre a “conciliação” entre as atividades domésticas e de cuidado não-remuneradas com a atividade remunerada. Esta apareceu de forma recorrente em nossa análise prévia do grupo privado do *Facebook* e foi como um lampejo para suscitar essa pesquisa. Isso em decorrência da relevância que as dinâmicas estabelecidas no âmbito não-remunerado exercem sobre a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, como pudemos perceber no primeiro capítulo dessa dissertação. Nossa hipótese é que a ideia de “conciliação” tem sido uma característica fundamental na narrativa do empreendedorismo materno, dando continuidade aos papéis de gênero da tradicional divisão sexual do trabalho.

Para estes fins, analisaremos uma série de conteúdos produzidos pela *startup* Maternativa. Começaremos por uma análise do *website* da empresa, destrinchando o que é exposto como pressupostos e objetivos, como são articuladas a questão do trabalho não-remunerado, remunerado e papéis sociais em relação à mulher mãe, a partilha do trabalho de cuidado e com quem negociam a divisão deste. Posteriormente iremos examinar o que aparece sobre a empresa na mídia. Utilizamos como critério de seleção as matérias adicionadas pela empresa para estar no próprio *website*, o que, supomos, refletiria o modo como decidem e evidenciam o interesse na construção de uma narrativa específica. Posteriormente, fazemos uma análise do *Instagram* oficial da empresa, levando em conta publicações que falem sobre as dinâmicas de trabalho. Por fim, analisamos o site de

compra e venda da empresa que reúne diversas empreendedoras e disponibiliza seus produtos e serviços para comercialização online.

3.1. O *website*: a vitrine do dito

Com a finalidade de definir o que é a Maternativa e quais são seus objetivos, o texto “somos” (publicado no *website* da empresa) a descreve como “a primeira startup de impacto social do Brasil que tem como propósito discutir e transformar a relação entre mães e trabalho.”¹⁷. Faz um apanhado histórico afirmando que a entrada no mundo do trabalho sem ser via emprego doméstico é uma possibilidade recente para as mulheres e que, todavia, estas mulheres ainda assim continuam exercendo a maioria do trabalho doméstico e de cuidado. Para embasar essa afirmação, no texto são apresentados dados que foram publicados no site da Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁸ – a fonte é adicionada à matéria como um link para acesso. Neste sentido, afirmam que a maternidade exerce influência direta no modo como as mulheres vão se inserir no mercado de trabalho (aspecto que também pudemos constatar no primeiro capítulo desta dissertação através de diversas pesquisas). Posto isso, podemos observar que, ao definir o objetivo da empresa à transformação da realidade entre mulheres mães e o mercado de trabalho, a argumentação utilizada no texto aponta um pressuposto de como se dá essa relação após a maternidade. Sublinhando a sobrecarga de jornadas que as mulheres executam, por serem as principais responsabilizadas pelo trabalho doméstico não-remunerado. As mudanças neste campo, contudo, não são apontadas.

Além disso, outro elemento destacado no mesmo texto é que as mulheres, ao se tornarem mães, passam a ter características distintivas para ingressar no mercado de trabalho, “como otimização do tempo, criatividade e produtividade, maior senso de responsabilidade e liderança, motivação, compreensão e empatia”¹⁹. Ou seja, a partir da

¹⁷ <https://maternativa.com.br/somos/>. Todos dados contidos entre aspas neste parágrafo são retirados deste mesmo texto. Acesso em 13 de abril de 2020 às 16:21

¹⁸ <https://nacoesunidas.org/apenas-metade-das-mulheres-em-idade-economicamente-ativa-participa-do-mercado-de-trabalho-diz-onu/> Acesso em 13 de abril de 2020 às 16:42

¹⁹ <https://maternativa.com.br/somos/> Acesso 13 de abril de 2020 às 17:07

experiência materna e do trabalho de cuidado, a mulher passaria a desenvolver automaticamente essas características. E, deste modo, dando destaque às mudanças que seriam proporcionadas após a maternidade, um os objetivos da *startup* seria o de potencializar a capacidade produtiva e o reconhecimento dessas mulheres, tanto no espaço remunerado quanto o não-remunerado. Isto, segundo consta no texto, em qualquer profissão que esta escolher ou caso também decida por não se inserir no mercado de trabalho.

A primeira questão a ser destacada analiticamente diz respeito a um caráter essencialista e generalizador que afirma haver um melhor desenvolvimento de habilidades sociais das mulheres por viverem no espaço doméstico (OKIN, 2008) (BIROLI, 2016) (SCOTT, 1995). Isso porque, ao invés de evocar a participação masculina neste espaço, que é apontada no mesmo texto como um entrave para uma participação de maior qualidade da mulher no mercado de trabalho, o texto opta por enaltecer qualidades que distinguiriam positivamente as mulheres através de atributos “naturais” que emergiriam pós maternidade. Em uma busca por particularizar positivamente as mulheres para o mercado de trabalho, acaba-se reforçando estereótipos femininos como se fossem aspectos comuns à experiência de todas, fomentando assim “noções” precisas de maternidade ou de experiências maternas.

Outro ponto importante para reflexão diz respeito ao apoio da empresa às mulheres que optam por apenas executar as atividades de cuidado e de reprodução social e não se vincularem ao trabalho remunerado. De acordo com Lucila Scavone (2001) as mulheres foram majoritariamente associada ao trabalho doméstico e de cuidado em narrativas sobre o papel social da mulher, porém a realidade mulher das classes mais baixas se daria de modo distinto, pois tiveram que, historicamente, desempenhar trabalho remunerado juntamente com o de reprodução social. Não deixando, portanto, de estarem associadas como principais responsáveis pelo trabalho de reprodução social, mas tendo que “conciliar” essa dupla função. Diante disso, constatamos que esse discurso é direcionado para um público muito seletivo, que pode optar por não exercer atividades remuneradas e que conta com condições financeiras para essa opção. Esta configuração

geralmente conta com um marido provedor que ganha alto salário e condiciona a “opção” feminina.

Como quadro geral da sociedade brasileira vemos que a remuneração feminina para no provimento familiar não se trata de um apêndice, não é um aspecto secundário e, na maioria das vezes, não se configura como algo que pode se optar por não ter. Isto porque na realidade de grande parte da população as mulheres compõem os lares como principais (ou únicas) provedoras (GUEDES; ARAÚJO, 2011, p. 63-64) ou dispõem uma boa participação, média de 40%, na divisão das despesas (GUEDES, 2016, p.13).

Diante do trabalho executado pela Maternativa e do alto nível de engajamento que o grupo no *Facebook* da empresa conseguia atingir (medido pelas interações que os participantes promovem), a *startup* foi selecionada em 2019 como uma das comunidades virtuais de maior impacto social no mundo para participar do *Facebook Community Leadership Program*, programa da empresa *Facebook* que seleciona representantes com atividades de impacto social em 46 países do mundo para receber “treinamentos, apoio e financiamento”²⁰, com fim de fomentar à continuidade do trabalho e conseguir atingir proporções de impacto ainda maiores. O *Facebook*, além disso, conta com o programa “Ela faz história”²¹ em que incentiva o empreendedorismo feminino.

Em uma outra parte do *website* da *startup* Maternativa são apresentadas suas formas de atuação de modo a, segundo elas, “ressignificar o trabalho materno”²². Essa atuação consiste em encontros presenciais gratuitos, denominados “caféinas”, em que o intuito é que essas mulheres mães possam trocar experiências sobre o trabalho ou em seus negócios próprios. Também produzem cinco *workshops* com objetivos distintos, sendo eles: I “Maternidade-Tempo- Trabalho” (MTT), que pode ser realizado online ou presencialmente e que tem como objetivo descrito a ressignificação da relação entre a mulher que acabou de ser mãe com a vida profissional; II “Como lacrar nos negócios”,

²⁰ Retirado em: <https://communities.fb.com/> Acesso em 13 de abril de 2020, às 17:26. Texto traduzido pela pesquisadora, original: “As part of the program, these leaders will receive training, support and funding to advance further positive social impact”

²¹ <https://www.facebook.com/business/elafazhistoria>

²² Retirado em <https://maternativa.com.br/formacao-maternativa/> Acesso em 14 de abril de 2020, às 11:16. Todos os textos contidos entre aspas neste parágrafo são retirados deste mesmo link.

este workshop tem como objetivo uma consultoria a negócios que já estão em atuação ou que acabaram de começar, oferecendo assim ferramentas para o desenvolvimento dos negócios; III “*Flow*” seria direcionado a fornecer noções e habilidades para potencializar os negócios em nível de marketing digital; IV “Lá em casa” consiste no *workshop* que tem como objetivo, segundo palavras retiradas do website, “repensar a organização familiar e a participação mútua nas responsabilidades domésticas.”, prestando consultoria para casais onde auxiliam a organização das dinâmicas entre o trabalho de cuidado, doméstico e o remunerado; V E, por último, “Ano 1 – Começando um negócio”, que seria voltado especialmente a mulheres que querem começar a empreender, mas não sabem como iniciar.

3.2. A aba “Conteúdo” e a produção de narrativas: o que aparece e como aparece

Na aba “conteúdo” do *website* são publicados alguns textos de contribuintes da *Maternativa*, a fim de discutir a relação da mulher mãe com o mercado de trabalho. Todos os textos do ano de 2019 (ano de referência da nossa análise) foram produzidos por uma única pessoa, o que não é um padrão no site. No primeiro texto, com o título “Por que desperdiçar nosso trabalho?”. A autora, uma jornalista que pesquisa licença parental na Universidade Livre de Berlim, argumenta que as mulheres são a mão-de-obra mais bem preparada para compor o trabalho remunerado. Isso porque, segundo ela, concluem em maior quantidade, em comparação aos homens, a educação formal e estão em maioria dentro das universidades, produzindo cerca de “72% dos trabalhos acadêmicos”²³. Afirma então que a maioria dos países já estão cientes de como é importante, do ponto de vista econômico, incentivar o trabalho remunerado feminino. Deste modo, ela conclui ressaltando a importância de criar o acesso aos recursos, garantias de direitos e horários flexíveis para quem tem filho e destaca “tudo isso é um custo pequeno para ‘o patrão’ ou para ‘o Estado’ – perto da enorme mão de obra qualificada que somos.”²⁴.

²³ <https://maternativa.com.br/2019/06/28/por-que-desperdicar-nosso-trabalho/> Acesso em 30 de abril de 2020 às 17:00

²⁴ <https://maternativa.com.br/2019/06/28/por-que-desperdicar-nosso-trabalho/> Acesso em 30 de abril de 2020 às 17:09

O segundo artigo trata da história de uma mulher que vive na Alemanha, em Berlim, e que, após o nascimento de seu filho, começou a frequentar espaços para diálogo entre mães. Mulheres com variadas profissões e de diferentes realidades. Todas, porém, estavam encarando um problema comum: a falta de acesso a vagas para creche, tanto de rede pública como de organizações privadas. A protagonista da história, deste modo, descobriu que faltavam 270 mil vagas em creches na Alemanha e toma a frente na organização de pessoas em busca da resolução do problema. O artigo é intitulado “Creche: direito básico”. Por mais que isso não seja explicitado no texto em questão, o acesso à creche e a políticas públicas e sociais de cuidado, como vimos no primeiro capítulo, contribui de forma significativa para contrabalancear o acúmulo de trabalho reprodutivo das mulheres frente à baixa participação masculina no cuidado. Isso permitiria uma inserção feminina de melhor qualidade no mercado de trabalho e apontaria um ator importante do debate: o Estado, ao promover políticas públicas.

Posteriormente, em um texto de mesma autoria intitulado de “O que pode ser feito em 7 minutos?” a jornalista propõe uma reflexão inicial, fazendo perguntas sobre quem eram as pessoas a executar tarefas domésticas cotidianas na casa do(a) leitor(a). Partindo dessas questões, a autora afirma que em sua família esses serviços eram executados, em sua grande maioria, por mulheres que não tinham descanso. Em contraponto de homens que, nessas ocasiões, estavam sempre descansando do trabalho remunerado. Deste modo, ela afirma que o trabalho doméstico não-remunerado é o último impasse para que mulheres obtenham a igualdade de gênero, pois elas já têm acesso a escolaridade, liberdade e direitos que anteriormente não tinham. Aponta ainda que a média mundial de participação nesta atividade é de quatro horas para mulheres e duas horas e meia para os homens. Afirma que a diferença entre homens e mulheres na realização do trabalho doméstico não-remunerado diminuiu, em 15 anos, apenas em 7 minutos em média²⁵. O título do texto, portanto, faz alusão às atividades domésticas de curta duração que podem ser executadas em apenas sete minutos e conclui afirmando que a equidade na divisão das tarefas domésticas parece estar longe de ser alcançada.

²⁵ <https://maternativa.com.br/2019/07/24/o-que-pode-ser-feito-em-7-minutos/>

Essa sobrecarga na jornada de trabalho total (soma do trabalho remunerado e não remunerado) já fora constatada a partir de análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) por Dedecca et al (2009). A constatação dos autores é que as mulheres tem jornadas médias 15% maiores que as dos homens, e apontam ainda para a existência de outras variáveis que condicionam a variabilidade do número de horas trabalhadas dos indivíduos “quando considerados alguns enfoques complementares relativos ao nível de renda, à posição na família ou à raça/cor.” (DEDECCA et al, 2009, p. 75). Uma característica que se mantém, porém, é a de que as jornadas voltadas para o trabalho remunerado da população feminina são majoritariamente menores que as masculinas e, argumentam que isto deve decorrer do acúmulo de horas dedicadas ao trabalho de reprodução social, dado que suas composições totais na jornada de trabalho são majoritariamente superiores às masculinas (DEDECCA et al, 2009, p.77). O que nos remonta a afirmação de Hirata (2009) acerca da relevância das dinâmicas de divisão do trabalho no âmbito doméstico e de cuidado para compreender o engajamento de homens e mulheres no mercado de trabalho.

O quarto artigo trata da licença-maternidade e as possíveis escolhas das mulheres trabalhadoras no acesso a este direito. O questionamento, que já é indicado no título do texto “E se eu não quiser entrar de licença?”, gira em torno de uma comparação da licença do Brasil com países da Europa. No auto relato a autora conta que, após o período de quatro meses de licença-maternidade, tinha como projeto pedir demissão do emprego em contrato CLT para começar a trabalhar em casa, deixando implícito que se tornaria uma trabalhadora autônoma. Esse projeto tinha como base o desejo de poder dedicar o tempo para acompanhar o desenvolvimento do seu filho nos primeiros três anos de vida. O que acontece após os quatro meses de licença-maternidade, no entanto, é um desejo imenso de voltar para o trabalho, onde, segundo ela constata, teria um tempo para si e poderia sair de casa todos os dias. O trabalho aqui aparece como autonomia e fonte de auto realização. Diante da quebra de expectativas, a autora volta ao trabalho, após negociação, em um regime flexível, com *home office* pelas manhãs e trabalho presencial no período vespertino. O foco da narrativa, no entanto, gira em torno do tempo destinado a licença parental em países como a Alemanha (onde atualmente vive a autora), de 14 meses. O

que não é mencionado, porém, é que a maioria das licenças citadas pela autora são **parentais**, ou seja, são passíveis de terem o tempo dividido entre os tutores da criança. Além disso, no caso da Alemanha não é obrigatório que sejam utilizados todos os dias da licença. Este modelo é completamente diferente do que há em vigor hoje no Brasil, em que a licença-materna é obrigatória durante quatro meses e a licença-paterna não é assegurada e, na maioria dos casos, se resume a apenas cinco dias.

Um aspecto importante de ser observado é como é apresentada a demissão do emprego e rompimento com trabalho remunerado: associada a um acompanhamento que seria construído como mais satisfatório do crescimento/desenvolvimento do filho. O trabalho produtivo é visto como algo prejudicial e a abdicação da carreira profissional é encarada como “positiva”. Pesquisas apontam que o trabalho feminino voltado para o mercado já é algo consolidado socialmente (BRUSCHINI, 2007) (ARAÚJO et al., 2018), sendo inclusive visto como algo positivo e desejável (GAMA et al, 2018, p. 90). Na narrativa analisada temos uma noção bastante idealizada do papel social da mãe e das expectativas acerca trabalho de cuidado que por ela deveria ser desenvolvido. A definição de qualidade é tal que não possibilita compatibilização com o trabalho remunerado. Ou seja, a performance esperada da mulher mãe seria tão alta que não se configura como compatível com as exigências do trabalho remunerado nos moldes convencionais do regime CLT integral. Por outro lado, os aspectos de assimetria de poder no casal diante desta escolha feminina não são mencionados no texto.

Outro aspecto importante a ser salientado diz respeito ao gênero como um marcador social que irá posicionar mulheres e homens de modo distinto no mercado de trabalho e na atividade não-remunerada (HIRATA; KERGOAT, 2007). Deste modo, a opção de sair do trabalho remunerado para “conciliar” o trabalho de cuidado ou “participar mais ativamente do crescimento dos filhos” deve ser observada pelo prisma do gênero e da divisão sexual do trabalho (dado a sobrecarga das mulheres nessa tarefa). Como pudemos perceber no primeiro capítulo, há uma normatividade do papel social que a mulher mãe teria que cumprir, sendo a cuidadora prioritária dos filhos. Vale ressaltar, ainda em relação a divisão sexual do trabalho, as análises da pesquisa de Muniz e Veneroso (2019) que constata a recorrente busca das mulheres por trabalhos informais

e flexíveis para “conciliar” às altas jornadas de trabalho, em decorrência do acúmulo de trabalho de reprodução social.

Esta dimensão vai de encontro com os resultados de Gama et al (2019), onde o trabalho feminino é visto como algo positivo “desde que sua dedicação ao trabalho não seja em jornada de trabalho integral.” (*ibidem*, p. 90), pois delas é esperada a “conciliação” entre as duas atividades. No texto em questão temos uma reviravolta no plano inicial de abandonar o regime CLT para o que seria considerado “um acompanhamento adequado” do desenvolvimento do filho e indica a continuidade do caso individual no trabalho remunerado. No entanto, o texto não traz nenhum questionamento sobre o projeto inicial de saída do emprego, que aparece como algo trivial. Nem tampouco o contraste da realidade concreta com o plano inicial é problematizado.

Cadoná e Strey (2014) indicam que é “por intermédio das práticas de significação linguísticas e cultural dos sistemas simbólicos, os significados da maternidade são construídos.” (*ibidem*, p. 478). Deste modo, são prescritos adjetivos que qualificam como “melhor” ou “ideal” o acompanhamento do desenvolvimento infantil daquela mulher mãe que consegue “conciliar” o trabalho remunerado em casa com o trabalho de cuidado em horários que não são compatíveis com o mercado de trabalho no regime CLT. A saída do regime de trabalho integral para efetuar o trabalho de cuidado narrada como algo trivial acaba por construir uma narrativa específica sobre o trabalho remunerado feminino e, também, sobre o trabalho de cuidado a ser executado por mulheres que são mães.

Podemos fazer um paralelo aqui com o que Laís Wendel Abramo (2007) chamou de “noção da mulher como uma força de trabalho secundária”, já que o único trabalho de cuidado que é considerado no processo de reflexão que o texto propõe é o da mulher mãe. Isso indica uma responsabilidade exclusiva ou então prioritária desta em fornecer esse “acompanhamento de qualidade” no desenvolvimento infantil. Não há, deste modo, questionamento sobre políticas públicas e sociais em relação a esse trabalho de cuidado ou a apresentação de possibilidades de mudança neste campo através da divisão com os homens.

Já no quinto artigo a autora disserta sobre o formato da jornada de quarenta horas semanais. O texto é iniciado com um questionamento de um homem que fez sucesso na mídia, no qual ele afirma ser algo impossível administrar todas as demandas sociais (como preparar alimentação, se exercitar, exercer a parentalidade, etc...) com um emprego em que a jornada seja de quarenta horas semanais. A autora reafirma ser impossível conciliar tudo isso já que, segundo ela, esse formato fora estruturado pressupondo que haveria uma pessoa em casa dedicada a executar o trabalho doméstico, para que a outra pudesse dedicar inteiramente a essa jornada tão intensa do trabalho remunerado. Esse molde da divisão sexual do trabalho clássica, afirma, foi pensado no homem voltado para o trabalho remunerado e a mulher para o trabalho não remunerado (atividades domésticas e de cuidado). A partir dessa reflexão, é apresentada uma proposta de jornada de trabalho com horários reduzidos para pais e mães, o que seria chamada pela autora²⁶ de “modelo de dois provedores”. A partir de um subsídio do governo, os dois cuidadores poderiam solicitar uma redução na carga horária de trabalho para promover os cuidados com os filhos, o que seria acompanhado de uma redução no salário e, por isso, deveria contar com um apoio financeiro proporcionado pelo governo. A proposta é estruturada neste molde, a redatora do texto explica, visando ir contra as jornadas de meio período que são vivenciadas majoritariamente por mulheres, que são associadas como principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado. Fica aos leitores uma dúvida: quem arca com os custos desta política num contexto de corte de gastos governamentais com políticas sociais?

Silvia Federici constata em sua pesquisa (FEDERICI, 2019) que o trabalho doméstico e de cuidado serve como um aspecto importante para acumulação de capital, justamente porque reproduz a força de trabalho sem custo algum de salário. Além disso, outro aspecto importante diz respeito às percepções sobre o trabalho de cuidado e o trabalho doméstico dado que, como Guedes (2016) aponta, ainda vigora no imaginário social um ideal que associa as mulheres prioritariamente ao ambiente doméstico e na execução desta atividade (*ibidem*, 2016).

²⁶ A economista alemã, Katharina Wrohlich.

O sexto²⁷ e último artigo analisado é intitulado “Como encontrar o homem perfeito”. O texto é iniciado a partir de uma reflexão em torno da frase “um paizão da porra nada mais é que uma mãe normal”, onde a autora afirma que ainda são poucos os homens pais que estão à par da rotina completa dos filhos e, em contrapartida, esse é um fato comum para as mulheres. Deste modo, a autora cita um estudo que traz a seguinte interpretação: o que prejudica a participação de mulheres mães no mercado de trabalho não é o fato de terem filhos e sim o fato de os parceiros com quem partilham a parentalidade dividirem ou não a responsabilidade doméstica e de cuidado. O estudo (que não é referenciado no artigo) mostra que é pequena a porcentagem de mulheres que abandonam o trabalho remunerado para se dedicar ao trabalho de cuidado, mas o que é recorrente é o fato de que elas são, em sua grande maioria (72%), as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Devido a este fato, observam a carreira dos homens pais deslanchar. O texto é finalizado, porém, afirmando que caberia então “escolher um companheiro certo”. Desse modo, descreve como uma questão de escolha individual um problema que é coletivo e estrutural. Ora, se diversos estudos e dados são citados pela autora para afirmar que a não participação (ou pequena) masculina histórica no trabalho doméstico e de cuidado acabam por suscitar um entrave para a participação feminina no mercado de trabalho, sendo este um comportamento massivo entre os homens, como atribuir apenas às mulheres a responsabilidade por escolher um homem que rompa com esses padrões? Neste sentido, nada é falado sobre políticas públicas e sociais que estimulem o trabalho de cuidado e doméstico entre os homens e sim uma responsabilização das mulheres no ato de escolha.

Destacamos, portanto, a concordância do que é apresentado no parágrafo acima com os estudos aos quais tivemos como referência no primeiro capítulo da dissertação. A começar com um paralelo que podemos traçar com o conceito de Divisão Sexual do Trabalho. Isso porque, ao analisar as relações de trabalho pelo prisma deste ferramental teórico deve-se observar o modo como o trabalho doméstico e de cuidado é organizado e dividido entre os pares (ou demais agentes). Isso vai influir diretamente no modo como

²⁷ <https://maternativa.com.br/2019/09/30/como-encontrar-o-homem-perfeito/> Acesso em 19 de maio de 2020

esses indivíduos que o compartilham se inserem no trabalho remunerado também. (OKIN, 2008) (MUNIZ, VENEROSO, 2019) (HIRATA, KERGOAT, 2007) (DEDECCA et al, 2009).

Outro aspecto importante a ser salientado e que já fora apontado no primeiro capítulo com base na pesquisa de Biroli (2017, p. 107) é que a maternidade se configura como um aspecto de vulnerabilidade para as mulheres quando ela se dá em um contexto de divisão sexual do trabalho desigual. Ou seja, a maternidade em si, como nos diz Joan Scott (1995, p. 93) é vazia e transbordante. Vazia, porque não é naturalmente nada, tudo entorno da maternidade é uma disputa de signos e significados que constroem noções, ela é construída socialmente a partir das práticas e das narrativas. E, transbordante, pois as noções que a permeiam acabam por atribuir diferentes papéis sociais aos homens e às mulheres no que diz respeito à parentalidade e os posiciona de modo distinto nas dinâmicas sociais.

3.3. Maternativa na mídia

Para a análise dos materiais produzidos sobre as ações da Maternativa nas mídias sociais usamos como base a própria divulgação da *startup*, onde em seu website reserva um espaço especial com links para acesso às matérias. Além deste material, incluímos uma matéria publicada durante o ano de 2019 pela revista *Pequenas Empresas Grandes Negócios* sobre a empresa Maternativa. Essa inclusão se deu ao fato de que essa revista é uma das referências apontadas por Salgado (2016) na produção de narrativa sobre empreendedorismo no Brasil e a matéria apareceu para nós como uma sugestão em uma pesquisa na plataforma do *Google* sobre a premiação do *Facebook* para a *startup* Maternativa.

Em uma matéria no website TV Jornal²⁸ que anuncia a chegada da feira de empreendedoras organizada pela Maternativa em Recife, a empresa é apontada como pioneira em impacto social voltado para melhorar a relação de mulheres mães com o

²⁸ <https://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticias/2019/04/02/maternativa-aporta-no-recife-neste-sabado-121863>

mercado de trabalho. Deste modo, é destacada uma de suas iniciativas, que consiste na criação de um movimento denominado “Compre das mães”²⁹, através do qual produzem o incentivo do “empoderamento financeiro de mulheres mães” através da compra de produtos produzidos ou revendidos por mães, de modo a fortalecer o que elas chamam de “ecossistema empreendedor”. Os produtos, porém, não são necessariamente restritos ao universo materno ou o infantil e sim criações variadas das empreendedoras. Na redação é afirmado ainda que o empreendedorismo materno tem crescido e que, por isso, a empresa visa qualificar as mulheres que optam por esse tipo de atividade para atuarem no mercado de trabalho, de modo que além de apoiar uma empresa, também seria investir em uma causa: o trabalho feminino.

Numa outra matéria publicada no Correio Braziliense³⁰ sobre uma feira a ser realizada pelo grupo em Brasília, começa-se citando uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (que não é anexada no artigo) de 2016 que aponta para o resultado de que metade das mulheres após se tornarem mães não permanecem no trabalho durante um ano após o período obrigatório de licença-maternidade. A matéria, que teve em sua diagramação a exposição de duas fotos de mulheres trabalhando com bebês em carregadores em forma de mochila³¹ (além da foto de uma palestra em que o público todo composto por mulheres e outra das fundadoras da empresa). O empreendedorismo é destacado como um modo possível para geração de renda de mulheres mães para enfrentarem a saída do mercado de trabalho após a maternidade. Na matéria uma das mulheres, mãe de duas crianças e que desenvolve seu empreendimento no ramo alimentício, oferece seu depoimento. Ela afirma que, para que consiga conviver com os filhos, o empreendedorismo se apresenta como uma “necessidade”³², pois o trabalho em formato CLT (Contrato das Leis de Trabalho) não possibilitaria estabelecer a rotina que deseja com os filhos, de modo que

²⁹ Este movimento, como vimos no início desse capítulo, tornou-se um site onde são divulgados e comercializados os produtos feitos por essas empreendedoras.

³⁰ <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/trabalho-e-formacao/2019/08/04/interna-trabalhoeformacao-2019,775480/maternal-promove-feira-de-empreendedorismo-materno.shtml> Acesso em 15 de abril de 2020

³¹ Uma mochila onde é possível colocar o bebê frente à frente com a pessoa que está usando e que fica com os membros livres.

³² Palavras da empreendedora na entrevista

abrir mão desses benefícios (do contrato de trabalho) se apresenta como algo mais vantajoso.

Neste trecho é possível articular com o que já foi descrito no primeiro capítulo desta dissertação, de como uma demanda que é socialmente atribuída e associada como uma função principal da mulher pode incidir no momento de escolher por um tipo de atividade remunerada específica. Essa narrativa, que afirma ser mais vantajoso manter-se em um trabalho que não conta com o acesso aos direitos trabalhistas não coloca em xeque o fato de que as mulheres executam duas vezes mais o trabalho doméstico e de cuidado do que os homens. Isso faz com que trabalho remunerado feminino seja alvo de tensão e, além disso, que a própria divisão sexual do trabalho não seja questionada. Ademais, o trabalho de cuidado aparece não como trabalho e sim como “desejo”. O empreendedorismo aparece como forma de forma de “empoderamento” e “geração de renda” nas duas matérias, mas a distribuição do trabalho de cuidado e o papel social da mulher mãe como principal provedora deste não são questionados. Deste modo, a divisão sexual do trabalho – que é apontada como principal entrave para um desenvolvimento bem sucedido feminino no trabalho remunerado pela empresa – continua intacta mesmo que essa mulher opte pelo empreendedorismo para conseguir atender as duas demandas (remunerada e não remunerada).

O segundo depoimento da reportagem é de uma ex-professora de universidade estadual, mãe de duas crianças e que, após o nascimento de sua primeira filha, optou por se desligar da universidade para não ter que colocar sua filha em uma creche. Decidiu, deste modo, por começar a empreender na produção de papelaria para festas infantis saindo de sua área de atuação anterior. Logo após o nascimento do segundo filho, a empreendedora optou por investir no que denomina de “marca familiar” de decoração e produção de festas infantis com o esposo, e destaca em seu depoimento a importância de estabelecer vínculos com clientes que apoiem mães no mercado de trabalho. Na matéria não é citado se esta é a única fonte de renda do casal. O espaço da feira é, para a entrevistada, um importante local para geração de novos clientes, formação de parceria entre empreendedoras e ambiente de “informação para a comunidade materna.”. O exemplo de caso, porém, não parece fazer jus à realidade da maioria das empreendedoras,

já que a mulher neste caso renuncia a um emprego estável, que é o cargo público, para empreender. Como vimos no segundo capítulo, o empreendedorismo por necessidade é a característica mais comum para que mulheres comecem a empreender.

Na mesma matéria ainda é ressaltado por uma das participantes da *startup* que, após abrir a comunidade do *Facebook* para começar a discutir sobre empreendedorismo materno pôde perceber que o empreendedorismo é “uma das poucas soluções” que as mulheres têm após se tornarem mães. E, por isso, a ênfase do grupo é a de qualificar essas mulheres para esse tipo de atividade, além do que desconstruir o ideal de que precisam fazer tudo que delas é esperado. O que é curioso, porém, é que os exemplos citados na matéria seriam então pouco representativos, dado que a saída do emprego, no caso das duas empreendedoras em questão, foram motivados pela rigidez dos papéis sociais maternos a serem por elas performados e não por terem sido excluídas do mercado de trabalho. Um aspecto salientado por outra participante da *startup* diz respeito ao fato de que investir em empresas fundadas por mulheres mães é contribuir com a família como um todo pois, argumenta, que mulheres que podem gerenciar o próprio dinheiro investem no capital educacional dos filhos.

Relatos como este também estão presentes na matéria publicada pela Agência Brasil sob o título “*Startup* reúne mulheres para impulsionar o empreendedorismo materno.”³³. Nela, é contada a história de uma mulher, mãe de três crianças, que, ao se deparar com a “necessidade”³⁴ de estar mais presente no cotidiano dos filhos, acaba por optar pela saída do emprego formal em que estava e começar a empreender numa marca própria produzindo doces. Na matéria é destacado novamente a importância de investir em negócios gerenciados por mães para contribuir com sua independência financeira e, deste modo, na própria família. Cabe a pergunta: por que apenas no empreendedorismo a autonomia financeira feminina é ressaltada e não nos demais empregos e carreiras? A própria ideia de risco que envolve este tipo de empreitada é invisibilizada.

³³ <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-08/startup-reune-mulheres-para-impulsionar-empendedorismo-materno> Acesso em 16 de abril de 2020 às 18:22

³⁴ Aqui, em aspas, a palavra utilizada na matéria em questão.

Como salientam Cadoná e Strey (2014) a mulher mãe acaba por, além de ser a principal responsável socialmente pelo trabalho de cuidado, ser responsabilizada também pelo sucesso dos/as filhos/as, o que corrobora ainda mais as noções essencializadoras e rígidas do papel social da mãe. De acordo com as autoras:

Desse modo, percebemos que a mulher, na condição de mãe, é uma figura constantemente carregada de sentidos, de valores específicos. A ela é atribuída uma série de obrigações e, em muitos casos, é responsabilizada pelo cuidado, saúde e sucesso futuro de seus/as filhos/as. (CADONÁ; STREY, 2014, p. 478-479)

Na matéria comentada acima, participantes da *startup* retomam a pesquisa divulgada acima pela FGV³⁵ e trazem dados da pesquisa efetuada pela Rede Mulher Empreendedora³⁶ que tem como resultado a informação de que, das mulheres que investem nesse tipo de trabalho (empreender), 75% o fazem após a maternidade. Deste modo, as entrevistadas destacam que o papel da empresa tem sido qualificar essa mão de obra que chega ao empreendedorismo na maioria das vezes a partir de uma necessidade e não por vislumbrarem uma oportunidade³⁷. Em contrapartida a essa narrativa podemos observar nos exemplos apresentados nos artigos das mídias e entrevistas divulgadas pelo grupo que se trata de mulheres que tinham trajetórias profissionais bem consolidadas e que optam por empreender. A ideia de escolha, nesse sentido, fica ressaltada já que estes exemplos não se configuram como empreendedorismo por necessidade - que caracteriza em larga medida o que campo de nossa análise, como mostramos no segundo capítulo.

Outro elemento interessante que aparece de forma frequente é a penalidade materna por encontrarem tantas dificuldades para permanecer no mercado de trabalho após o nascimento do filho. Diante do quadro adverso, elas apelam às ditas habilidades adquiridas após a maternidade, que podem contribuir no mercado de trabalho. Termos como “potência materna” ilustram as mudanças que fariam com que as mulheres superassem as dificuldades e se tornassem “altamente focadas”.

³⁵ A pesquisa não é anexada à matéria.

³⁶ Novamente a pesquisa não é anexada à matéria.

³⁷ Conceitos que foram apresentados na dissertação de Milena Ferrari (2019) e retomados no segundo capítulo desta pesquisa.

O que podemos observar, porém, com a pesquisa de Muniz e Veneroso (2019) é que a penalidade materna incide de modo distinto nas classes sociais³⁸, afetando mais as mulheres das classes mais baixas. Isso acontece, apontam os pesquisadores, porque as mulheres com rendimentos mais altos teriam maior acesso à recursos de cuidado para os filhos, o que faz com que elas sejam menos afetadas pelo acúmulo de tarefas ligadas ao trabalho de reprodução social. Deste modo, as autoras concluem que escolaridade e a ocupação incidem de modo mais contrastante na inserção das mulheres do que o próprio fato de ter filhos ou não.

Outro aspecto destacado na matéria é o trabalho da empresa em prestar consultorias para instituições privadas a fim de contribuir com a equidade de gênero nestes ambientes. A consultoria dada pela startup a empresas também é mencionada em outro veículo de comunicação, o Diário da Amazônia³⁹, em que as duas fundadoras relatam ter sido demitidas de seus cargos após a volta do período de licença-maternidade. Elas afirmam que, após a experiência com a Maternativa, criaram uma metodologia para orientar as empresas a dar mais qualidade para o trabalho dessas mulheres para sofrerem menos com a penalidade materna. Na matéria, que tinha por objetivo discutir as propostas que tramitam no congresso sobre a licença-maternidade e participação de mulheres no mercado de trabalho são trazidos dados sobre a Sociedade Brasileira de Pediatria, a Organização Mundial da Saúde e dados de pesquisa mas nenhuma menção é feita sobre a participação masculina nos cuidados, sobre a não-obrigatória e pequena licença-paterna ou sobre direcionamentos a empresas sobre incentivos nesse sentido.

Em outra reportagem sob o título de “*Lugar de mulher é onde ela quiser: como a rede feminista Maternativa promove o empreendedorismo materno*”, para o website *Draft* (voltado para discutir empreendedorismo inovador no Brasil⁴⁰), parte-se da constatação de que as mulheres são afetadas pelo desemprego após a maternidade e ali são apontadas algumas questões que podem influenciar nesse cenário, como falta de recursos de cuidado ou demissões. Na matéria, membras da empresa apontam que, por insegurança para

³⁸ Nesta pesquisa, os autores utilizam a renda como definidora da classe social.

³⁹ <https://www.diariodaamazonia.com.br/projetos-de-lei-podem-alterar-licenca-maternidade/> Acesso em 16 de abril de 2020.

⁴⁰ <https://www.projetoDraft.com/o-que-queremos/> Acesso em 17 de abril de 2020, às 10:21

empreender em áreas próprias das suas formações, as mulheres mães acabam por optar por empreendimentos que atendam o ambiente doméstico “onde a mulher sempre foi colocada”⁴¹. Sob a aparência de descrição há claramente uma prescrição. Apesar de impulsionarem vendas com as divulgações, elas destacam que o mais importante é o objetivo de qualificar as mulheres para empreender. Também destacam as consultorias vendidas para empresas como um aspecto importante do trabalho. Segundo elas, não há muita discussão sobre como a maternidade afeta as mulheres, como interfere na volta ao trabalho e quais são as boas práticas que a empresa pode exercitar para esse retorno. De novo, nenhuma menção é feita à paternidade.

Em outra entrevista concedida ao jornal globo de Brasília que teve como objetivo o anúncio da feira organizada pela a Maternativa na capital, uma das participantes da *startup* afirma que a geração de renda e autonomia financeira junto com uma “rotina saudável com os filhos” são os objetivos da empresa. Novamente a “conciliação” aparece no cerce da definição de empreendedorismo materno e suscita aspectos importantes a serem considerados como noções de maternidade adequada, onde a definição de “rotina saudável” dos filhos envolve plena e direta dedicação (e abnegação) das mães.

O que mais nos chama atenção, nestas matérias, é que pouco ou quase nada é dito em relação à paternidade ou divisão do cuidado com outros cuidadores, acesso à políticas de cuidado e menos ainda sobre direitos trabalhistas. O tema da divisão sexual do trabalho aparece na narrativa dos objetivos da *startup* mobilizado como um dos principais entraves para a inserção destas no mercado de trabalho. Atribuem, ainda, que essa sobrecarga de trabalho não-remunerado se deve a uma associação cultural da mulher como principal responsável pelo cuidado com os filhos⁴². Em contrapartida, não há, nessas entrevistas fornecidas a canais midiáticos uma explicitação de contraponto a esse sobrecarga ou questionamentos dessa construção social que mantém a mãe como única cuidadora. O que aparece, na contramão, pode se constituir como um endosso a essa construção social, haja visto que muitas vezes o que é destacado nas entrevistas é a importância da presença dessas mulheres mães na rotina dos filhos (investindo na ‘conciliação’ do trabalho

⁴¹ Afirmação de uma das fundadoras na entrevista

⁴² <https://maternativa.com.br/somos/>

remunerado feminino com o de cuidado) ou o modo como o dinheiro por elas recebido é investido na família. Fica evidente que o trabalho feminino é construído aqui entorno do retorno à família e não nas dimensões de realização profissional ou aspectos individuais. O que pode culminar, além disso, em um reforço da associação da mulher aos filhos. Porque, mesmo no trabalho remunerado, seus rendimentos são associados a eles.

3.4. Análise do conteúdo do Instagram da empresa

A fim de apreender como é construída a narrativa sobre o empreendedorismo, fizemos uma análise dos conteúdos do Instagram da empresa, tendo como filtro análise de publicações que tinham como objetivo discutir trabalho. Como pudemos ver até agora, a elaboração sobre o empreendedorismo materno entrecruza questões sobre o trabalho que chamamos de reprodução social (doméstico e de cuidado). Deste modo, buscamos publicações que tratam acerca do trabalho (seja ele empreendedor, contrato ou o não-remunerado), de forma a extrair como as dinâmicas entre os dois espaços constroem a narrativa sobre o trabalho remunerado da mulher mãe, que é o alvo da empresa.

Uma das primeiras publicações do grupo, no mês de janeiro de 2019, traz em sua arte a imagem de uma mulher de roupa social subindo as escadas no céu e levantando uma das mãos. Na arte consta uma frase que diz “mães tem ambições dentro das empresas”⁴³. No texto, onde há a indicação de uma matéria de revista tratando do mesmo assunto, há a afirmação de que mulheres (e há um destaque especial para aquelas que são mães) acabam sendo podadas no mercado de trabalho, havendo aspectos culturais que inibiriam a busca por cargos de chefia. Ao fim do texto, há a constatação de que mulheres mães têm demandas diferentes que deveriam ser consideradas pelas empresas.

Em outro texto, também do mês de janeiro de 2019, há a indicação de uma reportagem que fora feita sobre o Maternativa em um grande veículo de comunicação. Nela, há algumas capturas de tela da reportagem, além de uma arte no início onde, simulando uma pessoa escrevendo o currículo, está escrito: “Tudo o que os homens

⁴³ Grifo original da publicação

conseguem fazer, eu consigo fazer sangrando”. Na segunda imagem (que é uma captura de tela da reportagem), o que é selecionado como destaque é o relato de uma mulher que fora por vezes questionada em entrevistas de emprego acerca de sua disponibilidade para o trabalho remunerado após a maternidade e a reflexão afirmando que isso não é uma realidade para os homens após a paternidade. Há ainda a constatação de que isso faz com que mulheres trabalhem em jornadas triplas para dar conta de todos os trabalhos, pois acreditam que este seja o seu papel social.

Em outra publicação, já no final de janeiro, há a imagem de uma mulher sentada em um tapete e, tendo oito braços, carrega um bebê, um prato com comida, livro, aparelho de exercício, secador de cabelo, celular e cuida de uma planta. Na imagem, a mulher aparece com uma feição indicando tristeza e consta a seguinte frase “‘mães dão conta de tudo.’ não!”. No texto que acompanha imagem, a reflexão é a de que “nem sempre” as mães conseguem dar conta de tudo (apesar de tentar) e que, por ter essa expectativa sobre elas, acabam por serem sobrecarregadas pelas empresas. Também afirmam que, em decorrência dessa pressão, mulheres mães assumem mais trabalhos que podem assumir para tentar “provar ao mercado de trabalho que são tão capazes como os homens” e que, por isso, precisariam de mais oportunidades e menos preconceitos. O que é ocultado no texto e aparece na imagem, porém, é a sobrecarga de tarefas que são atribuídas e esperadas das mulheres. Retomamos, portanto, Federici (2019), que destaca um elemento central do debate: não é efetivo apenas que as mulheres tenham oportunidades no mercado para pôr fim às disparidades entre os gêneros, pois a questão essa disparidade não está pautada apenas no debate de oportunidades e sim em uma má distribuição das tarefas ligadas ao doméstico e o cuidado, que ocasionam numa inserção prejudicada no caso das mulheres. Nas palavras da autora:

Não precisamos provar que podemos “quebrar a barreira do colarinho azul”. Muitas de nós já quebramos essa barreira já muito tempo e descobrimos que o macacão de trabalho não nos dá mais poder que o avental – muitas vezes, ainda menos, porque agora nós temos que vestir ambos e, por isso, nos sobrou menos tempo e energia para lutar contra eles. (FEDERICI, 2019, n.p.)⁴⁴

⁴⁴ As citações referentes a obra de Silvia Federici, O ponto zero da revolução, constaram na dissertação como não paginadas, dado que o formato do livro em E-book não fornece esta informação.

A publicação seguinte contém como imagens diversos relatos de perseguições no mercado de trabalho por mulheres mães que estavam contratadas ou que passaram por constrangimentos durante o processo de entrevistas. Logo após apresentação do histórico sobre a trajetória e objetivos da empresa, o enunciado se volta para as corporações afirmando que haveria a possibilidade de construir relações justas com as mulheres mães trabalhadoras e que o empreendedorismo seria impulsionado (na maioria das vezes) por necessidade⁴⁵ e não pela vontade de ter um negócio próprio. Deste modo, apresentam que teriam a solução (a ser implementada pelas empresas) melhorar o futuro das mães. O texto, contudo, não apresenta quais seriam as soluções.

Em outra publicação no formato de vídeo, uma das integrantes da empresa é questionada sobre o que significaria o empreendedorismo materno. Ela afirma que este seria o empreendedorismo de um jeito que permitiria a conciliação da maternidade e do trabalho (remunerado) de um modo legal, e que seria o contrário de uma visão masculina sobre empreender que apenas estaria focada em lucrar. Aqui o cerne da definição de empreendedorismo, mais uma vez, está ligando a mulher a família e ao trabalho de cuidado, o que nos remonta a afirmativa de Cornwall (2018), de que mulheres são vistas no imaginário social como prestadoras de serviços que combinam trabalho de reprodução social com trabalho remunerado. Nos remonta também ao que é apresentado por Gama et al (2018), que o trabalho remunerado feminino é pensando e ocorre, na maioria das vezes, de forma a “compatibilizar trabalho e responsabilidades familiares” (*ibidem*, 91-92).

Neste sentido, a composição das dinâmicas familiares e a divisão sexual do trabalho são fundamentais para compreender o engajamento dos indivíduos nas atividades familiares e laborais. As pesquisas indicam como acúmulo de trabalho de reprodução social tem como consequência uma inserção laboral de menor qualidade para as mulheres, se comparado aos homens (GUEDES; ARAÚJO, 2011). Aqui, a combinação do trabalho remunerado com o não-remunerado é a primeira característica destacada na narrativa para definir o que é o empreendedorismo materno. Além disso, no vídeo, mais uma vez é

⁴⁵ Aspecto que já fora mencionado na narrativa da empresa mais acima.

ressaltada a ideia de que investir em empreendedorismo materno é investir em família, já que a remuneração de mulheres mães geralmente seria investida nos filhos.

Em outra postagem, nosso interesse maior de análise está nas capturas de tela utilizadas para ilustrá-la. Onde, para dissertar sobre a participação da *startup* no programa “Ela faz história”⁴⁶ do *Facebook*, trazem fragmentos de um texto intitulado “Revolução materna”⁴⁷ (publicado originalmente na página do programa do *Facebook*). Inicialmente, é constatado que o mercado formal de trabalho foi estruturado pensando no homem e suas obrigações, não incluindo entre elas o trabalho de reprodução social. Por isso as mulheres acabariam empreendendo após a maternidade, dado que esse modelo de trabalho formal não seria estruturado pensando no trabalho de cuidado que por elas é executado. Neste sentido, a busca por empreendedorismo para mulheres mães se daria pautada na possibilidade de exercer, por mais tempo cotidiano, esse trabalho. A partir daí, o objetivo do texto é constatar os impactos positivos de empresas geridas por mulheres mães. Um dos primeiros impactos do empreendedorismo, segundo depoimento de uma empreendedora, seria uma reformulação do modo de trabalhos e formação de um novo jeito de produzir. Em outro depoimento, é afirmado que a maternidade é uma “potência” e que, quando uma mulher sai de uma empresa e abre um empreendimento próprio, essa empresa pode visualizar o quanto perdeu. A despeito dos aspectos positivos que podem acontecer no caso do empreendedorismo por mulheres mães, o que não é posto em questão é que nessa dinâmica em que há mais flexibilidade no controle dos horários de trabalho, nada muda na divisão sexual do trabalho.

Em uma publicação do início de agosto que visa a divulgação de um dos episódios do podcast da empresa (Podcast: Mulher preta: empreender para bem viver), é publicado um texto de divulgação do episódio que remonta a fala da entrevistada, em que esta afirma que o empreendedorismo faz de uma realidade de busca por sobrevivência por mulheres negras. O que nos permite fazer uma relação sobre a construção de valores e normas que

⁴⁶ Segundo consta na descrição da página oficial do programa no *Facebook*, ele é voltado especificamente “para mulheres que empreendem”, contando ainda que existe “celebrar e conectar mulheres que estão mudando o mundo por meio do empreendedorismo.” Link de acesso: <https://www.facebook.com/business/elafazhistoria>

⁴⁷ <https://www.facebook.com/notes/ela-faz-hist%C3%B3ria/revolu%C3%A7%C3%A3o-materna/405480400041438/>

são retomados por Scavone (2001), Badinter (1985) e Moreira e Nardi (2009) e são sintetizados no primeiro capítulo dessa dissertação, no qual as autoras afirmam que essa construção atinge de modo distinto os indivíduos a partir de gênero, classe e raça. Podemos observar essas clivagens no caso em questão, dado que, por vezes, a narrativa sobre o empreendedorismo materno aparece no discurso como uma “escolha”⁴⁸ para conciliar uma atividade remunerada com o tipo de cuidado que tipificam como ideal, sendo que, para outras, aparece como uma busca por sobrevivência e não questão de escolha. Empreender para mulheres negras e mulheres brancas assumiria, assim, conotações distintas nas publicações analisadas.

Em outro depoimento que é feito em formato de vídeo, a entrevistada, que é casada com um homem, já era empreendedora na área de produção cultural antes do filho único nascer (no momento do depoimento ele tinha sete meses). Ela relata uma ansiedade inicial ao descobrir a gravidez não planejada pelo fato de ser empreendedora e não poder contar com os direitos assegurados para trabalhadoras CLT (como a licença-maternidade) e o medo de não conseguir cumprir as demandas do trabalho. Conta que, por isso, com quatro dias do recém-nascido se dedicava ao trabalho remunerado, pois não existia a possibilidade de dedicação exclusiva aos cuidados do bebê. Para continuar a carreira, gerindo o próprio trabalho, conta que acaba por levar o bebê para todos os lugares “já que não tem com quem deixar” e que isso acaba por produzir muitas culpas. Conclui, então, que os obstáculos da maternidade e da exigência de cuidados possibilitou se ver como uma mulher muito forte.

Scott (1995) questiona como são produzidas as identidades generificadas. Nesse sentido, é importante refletir quais podem ser as consequências de, em uma narrativa sobre a trajetória de mulher mãe empreendedora, não se mencionar nada ou quase nada sobre outros cuidadores ou cuidados institucionalizados. A narrativa da “guerreira” parece por demais custosa ao afirmar que houve o descobrimento de uma “força” ou “potência” com a maternidade, resultado da alta quantidade de trabalho dela demandada.

⁴⁸ A palavra escolha aqui é posta entre aspas pois, como veremos mais para frente neste capítulo, em diversas narrativas foi possível apreender que o empreendedorismo não foi uma decisão diante de outras possibilidades e sim uma decisão a partir de uma ausência de possibilidades no trabalho, diante de demissões ou de entrevistas de emprego constrangedoras.

Parece haver uma romantização da sobrecarga de trabalho, que lança pouca luz sobre processos evidentes como medos referentes à continuidade da carreira e o cansaço constante. Deste modo, a narrativa acaba por não citar as dinâmicas de divisão do trabalho de cuidado como saída possível.

Outro aspecto a ser salientado diz respeito ao medo apresentado desde o início do vídeo pela empreendedora sobre a continuidade na carreira e a dificuldade em continuar exercendo o trabalho remunerado com a qualidade que gostaria apesar da maternidade. Este elemento nos remonta à discussão proposta por Biroli (2016) de que as oportunidades e o desenvolvimento individual têm condições objetivas distintas a partir dos papéis de gênero socialmente atribuídos. O que podemos perceber é que a preocupação com o trabalho remunerado e sobre sua performance nele já eram presentes desde a gestação, indicando o peso que o papel social materno exerce sobre as mulheres.

3.5. Analisando o site de compra e venda

“Compre das mães” é o nome do segundo *website* construído pela empresa Maternativa (lançado em 2019), que tem como objetivo estimular e expandir o consumo de produtos das empreendedoras que participam da empresa. O subtítulo que consta, ao abrir o site, diz que é “um espaço para todos comprarem das mães”. Nossa análise deste ambiente virtual consistiu na elaboração de uma tabela a fim de visualizar as informações que constam na descrição dos empreendimentos. O espaço destinado para descrição do produto, serviço ou empresa se configura como um espaço livre, não existindo categorias obrigatórias de descrição. Porém, após análise prévia das descrições, foram observadas algumas categorias que constituem um certo padrão, sendo elas: idade, local onde reside, número de filhos, escolaridade/área de formação, produtos/serviços que disponibiliza no site e quando começou a empreender. Abaixo uma tabela para melhor visualização do site:

Tabela 1 – Tabela de distribuição de produtos e serviços do site Maternativa

Categorias	Empreendimento (n)	% Total
Roupas e acessórios	56	20,14%

Arte e artesanato	43	15,47%
Alimentos	29	10,43%
Consultoria e Serviços	23	8,27%
Produtos ou serviços Infantis	22	7,91%
Designer (serviço ou produto)	18	6,47%
Cosméticos e Estética	15	5,40%
Produtos de íntimos	13	4,68%
Terapia alternativa/Coach	12	4,32%
Máscaras	10	3,60%
Fotografia	7	2,52%
Aulas	6	2,16%
Marcenaria	6	2,16%
Serviços de saúde	6	2,16%
Casa Serviços/Produtos	5	1,80%
Papelaria	4	1,44%
Outros	3	1,08%
Total	278	100,00%

Fonte: Site *Compre das Mães*, Maternativa. Elaboração própria.

O site, que até o momento de nossa sistematização, contava com 278 empreendimentos, tem como maior nicho o setor de “Roupas e acessórios” 20,14%, logo depois “Arte e artesanato”, com 15,47%, “Alimentos” 10,43%. Um elemento de destaque para a fala de uma participante da empresa que afirma haver uma tendência das empreendedoras de abrir em nichos já conhecidos como “femininos”. Além disso, podemos observar que muitas vezes os produtos são classificados como para “mulheres” ou para “mães”, como é o caso de muitos dos casos da categoria “Consultorias ou serviços”, em que serviços como da advocacia são direcionados para o público materno. Além do que, também é possível encontrar serviços como “Consultoria de introdução alimentar”, para auxiliar os cuidadores na introdução alimentar do bebê ou “Consultoria de Maternidade e Trabalho”.

Na descrição do *website* há a afirmação de que é um espaço para tornar a vida da mulher mãe empreendedora mais fácil e há o que parece ser a descrição da rotina destas: “Dias intensos se dividindo entre cuidados dos filhos, noites de pouco sono, tentando dar conta, quase sempre sozinha, da casa e ainda criar, produzir, divulgar, vender, atender clientes, entregar. Cansa e é muitas vezes solitário.”. Nesta curta descrição podemos

destacar duas questões importantes de reflexão, que, de certo modo, se relacionam. A primeira é como no empreendedorismo materno já aparece como algo óbvio a “conciliação” entre trabalho remunerado e não-remunerado. E a segunda questão diz respeito a uma sobrecarga da jornada total como algo que faz parte da rotina dessas mulheres, dado que a empreendedora está “quase sempre sozinha”. Parece não haver uma partilha do trabalho de cuidado com outros indivíduos ou instituições. Neste ponto reside a importância da análise da jornada de trabalho em sua dimensão total, visto que a composição do tempo dedicado ao que os autores denominam de trabalho de reprodução social (todo o trabalho referente ao âmbito doméstico e de cuidado) traz novas possibilidades de análise. Isso porque torna possível evidenciar, afirmam:

A existência de um contexto socioeconômico marcado por uma forte discriminação das mulheres tanto no mercado de trabalho como em suas famílias, a elevada intensidade das jornadas de trabalho e a maior precariedade da situação ocupacional, desvantagens que se encontram relacionadas entre si. (DEDECCA et al, 2009, p.75)

Um dos resultados da pesquisa de Bruschini (2007) ao analisar as jornadas de trabalho, é que a média de horas dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidado é superior quando se observa a variável “filhos pequenos” para mulheres, que contam com 35 horas semanais, enquanto a média feminina gira em torno de 27 horas semanais. Tendo, portanto, um acréscimo médio de 8 horas semanais em dedicação para o trabalho de reprodução social para as mulheres que possuem filhos pequenos. Esse dado corrobora a narrativa encontrada ao longo da pesquisa quando observamos o início do empreendimento: durante a gestação ou nos primeiros anos da criança.

Outro aspecto fundamental a ser observado é a concentração dos empreendimentos em nichos especificamente voltados para o público feminino, para a casa ou infantil, o que parece ser uma continuidade dos espaços a serem ocupados pelas mulheres: voltados para o que foi socialmente construído como do gênero feminino ou da reprodução social da vida (casa e família). Neste sentido, observamos que a maioria dos empreendimentos visam atender esse nicho específico, o que remonta ao que Federici (2019) aponta como característica constante no labor feminino:

Como anos e anos de trabalho feminino fora de casa têm demonstrado, conseguir um segundo trabalho não muda esse papel. O segundo trabalho não só aumenta nossa exploração como também reproduz simplesmente o nosso

papel de diversas formas. Para onde quer que olhemos, podemos observar que os trabalhos executados por mulheres são meras extensões da condição de donas de casa em todas as suas facetas.” (FEDERICI, 2019, n.p.)

Podemos traçar, além disso, uma correlação com o que Yannoulas (2013) trata em seu trabalho sobre o aumento da presença feminina em distintas ocupações de postos de trabalho. A autora afirma que há duas metodologias para análise deste fenômeno: a feminilização seria uma análise baseada em aspectos quantitativos, observando o aumento de mulheres em determinada profissão; e a feminização, teria um viés mais qualitativo e que consistiria na análise das mudanças ocorridas em determinadas profissões devido ao aumento da participação feminina.

No caso em questão, podemos ver um aumento significativo de mulheres em um nicho (empreendedorismo) que anteriormente era ocupado majoritariamente por homens e que teria, como vimos no segundo capítulo, sua constituição no imaginário social como um espaço masculino. Em contrapartida, também podemos observar um discurso diferenciado sendo formado em torno do empreendedorismo quando ocupado por mulheres, sendo chamado de empreendedorismo **feminino** ou **materno**, o que as distingue de modo significativo no imaginário inicial, que carrega consigo os estereótipos associados ao papel social da mulher.

Neste mesmo sentido, outro aspecto importante que fora observado no site de compra e venda diz respeito às descrições dos empreendimentos, que apresentam alguns padrões. Um primeiro é que, quando descrevem quando começaram a empreender, na maioria das vezes isso se deu após a maternidade. O total de empreendimentos que constavam registrados no site eram de 282 até o fim de nossa análise. Destes, 31.56% (89 empreendedoras) afirmam ter iniciado após a maternidade. O que interessa para nós, entretanto, é como é costurado o fio narrativo que explicita o investimento feminino neste tipo de trabalho sob influência do trabalho não-remunerado.

Um aspecto interessante observado em diversas descrições (e que já vimos aqui neste capítulo na análise de outros conteúdos da empresa) são relatos que indicam a opção por empreender de modo a conseguir participar mais das atividades de cuidado com os filhos. Dentre as razões elencadas para a saída do mercado de trabalho no modelo de contrato associados vemos elementos como “amor pelos filhos”. Foi o caso de uma

empreendedora no ramo de roupas e acessórios: “por amor eu renunciei minha carreira anterior para estar mais próxima do meu filho.”⁴⁹. Narrativa semelhante aparece no caso de uma trabalhadora na área da saúde, com vasta experiência, que relata ter optado, após ter três filhos, “viver a criação dos filhos de forma mais ativa”, também empreendendo no ramo de roupas e acessórios. Em outra descrição mais uma empreendedora explica o que, para ela, é o empreendedorismo materno: renunciar a uma trajetória profissional para ter mais tempo com os filhos e investir em alguma paixão.

Todas essas narrativas (que não são as únicas) corroboram com uma prática social já apontada por diversas autoras e que fora constata em estudo recente por Muniz e Veneroso (2019), onde afirmam que as mulheres buscam trabalhos informais e flexíveis para “conciliar” as altas jornadas de trabalho, em decorrência do acúmulo do trabalho de reprodução social (MUNIZ; VENEROSO, 2019). Apesar das pesquisas apontarem por uma busca das mulheres em equilibrar as atividades remuneradas e as não-remuneradas a partir de trabalhos mais flexíveis, a narrativa é construída nos relatos, em concordância com o que vimos relatado no trabalho de Federici (2019): como um desejo da mulher e não como uma consequência da baixa participação masculina nestes trabalhos e, em consequência, uma sobrecarga das mulheres nessas atividades. Nas palavras da autora:

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. (FEDERICI, 2019, n.p.)

Outro aspecto interessante observado é que o empreendedorismo aparece muitas vezes nos relatos de forma distinta ao das matérias jornalísticas: como uma decisão tomada pela mulher após demissão ou então por não conseguir uma vaga no mercado após a maternidade. Em uma das descrições, uma empreendedora afirma que é no empreendedorismo materno que muitas mulheres encontram a saída após serem excluídas do mercado de trabalho. Este elemento corrobora a pesquisa de Salgado e Jorge (2018)

⁴⁹ Para não expor aqui a identidade das mulheres que expõem seus produtos no site, fizemos uma adaptação das frases conservando o sentido, mas reescrevendo-as para não serem encontradas a partir do mecanismo de busca.

de que “empreender, para essas mulheres assim como para muitos outros indivíduos, é na maioria das vezes uma questão de necessidade e falta de opção, e não de oportunidade ou predileção.” (SALGADO; JORGE, 2018, n.p.).

O que nos chama atenção na narrativa, porém, é que o empreendedorismo é anunciado como uma escolha ou como uma decisão tomada para se dedicar melhor trabalho de cuidado. Isso oculta o debate sobre divisão desigual do cuidado que sobrecarrega mulheres em suas jornadas de trabalho total e a continuidade de uma noção de papel secundário feminino no mercado de trabalho, haja visto que o é o emprego feminino que é posto em questão para executar as atividades domésticas e de cuidado.

Neste sentido, pensar a ideologia empreendedora sob o prisma de análise do gênero nos possibilita perceber que a narrativa que une o materno e o feminino atrelam o trabalho doméstico e de cuidado e uma “nova” forma de “conciliar” estas atividades que efetivamente muda pouca coisa. Ao chamar de “feminista” ou “empoderador” o empreendedorismo feminino e materno, são postos como saídas inovadoras, mas continuam como a conciliação já apontada por Hirata e Kergoat (2007), um “conciliar” que só acontece para o trabalho feminino e que continua a atribuí-las como principais responsáveis pela reprodução social. É importante salientar, ainda neste sentido, que a divisão do trabalho de cuidado com outros agentes pouco é mencionada para além da constatação nos materiais oficiais e até mesmo nos relatos de uma sobrecarga relacionada a divisão sexual do trabalho. A figura paterna ou de outros cuidadores quase não aparece e, quando aparece, é apontado como um “apoiador” ou como, em alguns casos, como provedor que perdeu um emprego e que a partir disso, o empreendedorismo foi a solução imediata mais fácil de renda.

Além disso, o trabalho autônomo também representa a atividade remunerada em que há a maior desigualdade entre o salário feminino e masculino, como apontam Guedes e Araújo (2011). Segundo sugerem as autoras, seria importante pensar como têm se dado o estímulo do empreendedorismo para mulheres. De acordo com os dados mais recentes do GEM (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2019), 88,4% dos entrevistados indicam que a motivação para empreender está relacionada a “ganhar a vida porque os empregos são escassos” (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2019). Ainda segundo matéria publicada no site do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas) – que é uma das agências que viabiliza financeiramente a pesquisa do GEM no Brasil – esse dado é superior entre gênero feminino, negros e indivíduos com idade entre 35 e 54 anos, o que diz muito sobre os marcadores de gênero e raça e seu impacto nas dinâmicas do trabalho remunerado e não-remunerado, como pudemos ver no primeiro capítulo.

Considerações finais

Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não-remunerado

Silvia Federici

Tivemos como objetivo principal desta dissertação um estudo das narrativas acerca da categoria profissional *empreendedorismo materno* a partir do caso da empresa Maternativa. Através da análise do discurso dos conteúdos produzidos pela empresa e de relatos de participantes desta em seus veículos oficiais, buscamos responder a algumas questões sobre os padrões que se repetem na narrativa e a produção de sentido que estas podem exercer. Importante ressaltar que a proposta da pesquisa não foi a de produzir uma análise individual, mas de localizar os sentidos produzidos entorno da ideia de empreendedorismo. Aqui ela é composta tanto pelo discurso da empresa quanto das empreendedoras que para ela prestam seus depoimentos, sendo marcada pelo contexto social envolto nas dinâmicas da divisão sexual do trabalho e pela “cultura empreendedora”.

Discutir o empreendedorismo materno à luz do ferramental teórico da divisão sexual do trabalho se faz fundamental, dado que, como vimos ao longo da bibliografia discutida, “o principal determinante da repartição doméstica de tempo dedicado ao trabalho é a categoria ‘gênero’” (RAMOS, 2004, p. 864). Isso porque, como vimos, as mulheres se dedicam quase o dobro de tempo às atividades de reprodução social e isso é agravado quando essa mulher é mãe, principalmente quando tem filhos pequenos. O que foi possível observar nas descrições dos empreendimentos aqui analisados são mulheres que optam por empreender já na gestação ou quando os filhos estão bem pequenos, podendo ser este um indicativo deste aumento de trabalho de reprodução social em decorrência da má distribuição do trabalho doméstico e de cuidado e da falta de acesso à políticas de cuidado que marcam a realidade brasileira. Porém, há uma distinção importante a ser observada: enquanto nas entrevistas aos portais midiáticos a narrativa que vigora é a de mulheres que optam pelo empreendedorismo em busca da flexibilidade que esse tipo de profissão pode proporcionar – em decorrência da autonomia de gestão do próprio tempo – o que foi possível observar na descrição dos empreendimentos no *website* “Compre das mães” foram relatos de mulheres que viram no ato de abrir um

negócio uma saída para a impossibilidade de se alocar no trabalho remunerado via contrato ou então após uma demissão. A diferença das duas narrativas é enorme. Na primeira, que se trata de uma descrição mais institucional, já que são entrevistas para divulgar o trabalho da empresa, há uma forte preponderância da decisão por empreender por desejo ou vontade de estar com os filhos. O aspecto financeiro pouco aparece nestas narrativas. Já na segunda, que se trata de descrições livres feitas pelas próprias empreendedoras, o empreendedorismo é uma saída para o desemprego, se configura como uma necessidade.

Além disso, como vimos acima, na narrativa sobre o empreendedorismo materno na mídia, apesar de ser mencionado o empreendedorismo por necessidade como uma característica comum no caso feminino, as entrevistadas selecionadas têm uma trajetória profissional consolidada e optam por empreender como um modo promover um tipo de cuidado que classificam como o “ideal”. Nessa narrativa, há uma descrição do empreendedorismo materno como uma trajetória de libertação e sucesso. Além disso, nos materiais oficiais da empresa há o enaltecimento de qualidades das mulheres mães que seriam oriundas do cuidado materno, classificações como “potentes”, “altamente focadas”, “organizadas” etc. O que foi possível apreender nas descrições dos empreendimentos, e que parece ser a regra, são histórias de mulheres que não conseguiram se alocar no mercado de trabalho e começam a empreender por necessidade. Logo no início da descrição do *website* é possível perceber que a realidade para a maioria das mulheres mães empreendedoras se trata de uma jornada sobrecarregada de cuidados com os filhos (por não haver, na maioria das vezes, uma divisão) e, além disso, elas encaram a dificuldade da “gestão da própria força de trabalho” já que são responsáveis, na maioria das vezes, por todo o processo de produção, divulgação e venda.

No que concerne nossa primeira questão de pesquisa “Como são elaboradas as narrativas sobre o empreendedorismo materno?” foi possível perceber tanto na bibliografia mobilizada no segundo capítulo (sobre empreendedorismo feminino e o materno) quanto na análise dos materiais da empresa uma associação do termo com uma espécie de transformação, empoderamento e como algo “novo”. Há também uma constante crítica à forma como o trabalho de reprodução social segue concentrado em

mãos femininas, sendo ressaltada a constatação de que a maternidade é um aspecto que prejudica ainda mais a mulher no mercado de trabalho. Em contrapartida, foi possível perceber em nossa análise uma recorrente busca por valorização da experiência da maternidade. Essa tendência acaba por provocar uma generalização dessa experiência ao enumerar atributos que seriam adquiridos como se fossem algo natural ou geral, o que reforça a associação direta da mulher ao ambiente doméstico. Isso porque, como foi destacado no terceiro capítulo, o trabalho de cuidado é posto como elemento de distinção e de qualificação positiva dessas mulheres e isso continua a associá-las prioritariamente à esfera doméstica da vida social.

Como discutimos no primeiro capítulo, este é um elemento conservador que está ancorado na própria construção histórica da maternidade como diferença feminina que legitima a exclusão das mulheres da vida pública. Na narrativa sobre empreendedorismo materno a experiência da maternidade e a configuração do espaço doméstico são idealizados a partir de ideias como “potência materna”⁵⁰ ou de habilidades como “otimização do tempo”, “empatia”, características positivas associadas ao feminino.

Essa associação reiterada da mulher com o doméstico e com o trabalho de cuidado ainda pode ser observada quando, por diversas vezes, é indicado nos materiais que investir no empreendedorismo materno ou no trabalho de empreendedoras maternas seria investir na família dessas mulheres. Nestas passagens, há também a associação do rendimento do trabalho dessas mulheres aos filhos ou à possibilidade de alocação dos recursos no capital educacional deles. Neste caso, não há qualquer separação entre a mulher e a família, sendo até mesmo seu rendimento pensado como algo coletivo e diretamente (ou exclusivamente) associado à família. Nesta configuração a dimensão individual desaparece.

O termo “conciliação” é recorrente e aparece ao longo do discurso para descrever as jornadas das empreendedoras maternas através de uma rotina na qual a compatibilização entre trabalho produtivo e reprodutivo seriam possíveis. Como foi

⁵⁰ Todas as frases e palavras que estão entre aspas neste parágrafo apareceram ao longo da pesquisa na análise dos materiais.

destacado, no site “Compre das mães”, são mencionadas jornadas de trabalho que se estendem até de madrugada em decorrência dos cuidados com os filhos. Isso evidencia o quanto essa articulação não se configura como um desafio simples. Além disso, quando o empreendedorismo materno é descrito como forma de conseguir uma “rotina saudável com os filhos” ou como forma de fornecer um “acompanhamento adequado” dos filhos, fica evidente a interiorização ou constrangimento das mulheres em atender as demandas da família e do trabalho de reprodução social, pensado historicamente como feminino. Estes elementos aparecem tanto em nossa discussão teórica do primeiro capítulo, no que consiste ao debate de gênero, divisão sexual do trabalho e também sobre noções de maternidade, quanto no segundo capítulo, nas discussões sobre empreendedorismo feminino e materno.

Ao contrário dos outros tipos de empreendedorismos, que são descritos por Salgado (2016), este é o único em que o trabalho não-remunerado aparece e é o elemento de distinção do trabalho remunerado. Apesar de em vários momentos a sobrecarga das mulheres mães ser ressaltada como um problema, esse tipo de trabalho é apontado como a saída individual para a questão da desigual divisão do trabalho de reprodução social e para o trabalho remunerado feminino. Neste sentido, a naturalização da busca por conciliação do trabalho remunerado e doméstico/cuidado feminino pode acabar por ocultar a causa dessa “conciliação”: normas e valores sociais que indicam como e quem deve efetuar o trabalho de cuidado.

Gostaríamos de retomar aqui a constatação de Cornwall (2018), de que vigora no imaginário uma ideia de que as mulheres são efetivamente os indivíduos que compatibilizam trabalho de reprodução social e o trabalho remunerado. O empreendedorismo aqui tem o gênero como elemento de distinção e de associação com a família, o que pode ocasionar um reforço desse imaginário. Como pudemos ver com Salgado e Jorge (2018), não há outro tipo de empreendedorismo que englobe pais ou que seja parental, que incentive essa harmonização entre as atividades remuneradas e não-remuneradas. Evocar o materno no empreendedorismo parece ser uma busca por “conciliação” dos papéis que se espera de uma mulher: dê conta do trabalho remunerado sem afetar o desempenho em seu papel social de mãe. O materno aqui não localiza o

público alvo dessas empreendedoras e sim o peso do trabalho doméstico e de cuidado que essas mulheres devem exercer e como isso irá influenciar no modo em que elas se inserem no trabalho remunerado. Ele tem como pano de fundo a naturalização da clássica divisão sexual do trabalho.

Como fora apontado por Biroli (2017), não houve políticas públicas e sociais com o objetivo de distribuir o trabalho doméstico e de cuidado executado majoritariamente por mulheres, mesmo com sua entrada de forma massiva no mercado de trabalho. Agora vemos surgir de forma intensa um incentivo ao empreendedorismo materno ou feminino onde é explícita no discurso uma associação com a família e com o trabalho de cuidado (Rede Mulher Empreendedora, Maternativa, Banco Itaú, *Facebook*) e a maioria desses discursos traz uma caracterização de “empoderamento” e de autonomia feminina.

O que pudemos observar ao longo da pesquisa, porém, é que o “novo” jeito de produzir, na realidade, não apresenta nada de novo, já que a “conciliação” tem sido uma das saídas para lidar com o trabalho de reprodução social que é historicamente associado às mulheres. Hirata e Kergoat (2007) ressaltam esta dinâmica como algo que ocorre desde 1960 sob essa nomenclatura. Essa combinação entre trabalho remunerado e não remunerado fora ressaltada por diversas pesquisas como uma característica marcante do trabalho feminino (ABÍLIO, 2020) (CORNWALL, 2018) (GAMA et al, 2018). Cabe ressaltar, neste sentido, a função que o discurso do empreendedorismo materno pode vir a exercer no que Abramo (2007) chama de “construção imaginativa” da mulher enquanto “força de trabalho secundária”, já que esta continua sendo prioritariamente associada ao trabalho de reprodução social e sua renda advinda do trabalho vista como complementar à masculina.

Deste modo, os discursos acerca do empreendedorismo materno revelam uma articulação perversa, como já fora elencado por Salgado e Jorge (2018), entre a ideologia empreendedora e o papel social feminino. O que o presente trabalho buscou enfatizar, porém, foi como a “conciliação” é uma característica presente no discurso do empreendedorismo materno. Este é seu principal elemento de distinção. Deste modo, há a produção de narrativas que reforçam o trabalho doméstico e de cuidado como uma característica intrinsecamente feminina. Apesar da aparência de “novidade”, esta

modalidade de trabalho não parece romper com a tradicional divisão sexual do trabalho e, ao contrário, a narrativa construída sobre ela acaba por reforçar o trabalho de cuidado como um atributo feminino. Há aqui um investimento perverso que visa uma saída individual, no caso das mulheres mães, para duas questões: as mudanças no mundo do trabalho com o aumento do desemprego e a sobrecarga do trabalho de reprodução social, que continua sendo difundida como “desejo” ou “amor”.

A construção do “empreendedorismo materno”, a despeito da narrativa que busca “igualdade” e “empoderamento” feminino, parece reforçar a responsabilização desse grupo com o trabalho de cuidado, já que não avança no sentido de fomentar uma narrativa que associe cuidado como uma função coletiva. Isso porque investe na “conciliação” da atividade remunerada feminina como pivô desta mudança. O que parece suscitar, contraditoriamente ao objetivo narrado, o reforço das construções tradicionais de gênero, uma vez que a família e o trabalho a ser desempenhado pelas mulheres neste ambiente está no cerne da organização do trabalho remunerado feminino.

Referências Bibliográficas

ABÍLIO, L. C. *O make-up do trabalho: Uma empresa e um milhão de revendedoras de cosméticos*. 2011. 307p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011,

ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?1. *Estud. av.*, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, Apr. 2020.

ABRAMO, L. W. *A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária*. São Paulo: Programa de doutorado em Sociologia, USP. 2007

ALPERSTEDT, G. D.; FERREIRA, J. B.; SERAFIM, M. C. Empreendedorismo Feminino: dificuldades relatadas em histórias de vida. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, p. 221 - 234, dez. 2014.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho*. 14ª edição, SP: Cortez, 2010

ARAÚJO, C. et. al. Evolução das percepções de gênero, trabalho e família no Brasil: 2003 - 2016. In: ARAÚJO, C. et. al. *Gênero, Família e Trabalho no Brasil do Século XXI - mudanças e permanências - [1. ed.] - Rio de Janeiro: Gramma. 2018.*

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. *Revista brasileira Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 62, p. 45-68, Oct. 2006

ASTORGA, P. S. S. *Mujeres emprendedoras: Abordaje desde la Teoría de la Identidad Performativa*. Florianópolis: *Rev. Estud. Fem.*, v. 27, n. 3, 2019.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*; tradução de Waltensir Dutra. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. *O conflito: a mulher e a mãe*. Tradução de Véra Lucia dos Reis. – Rio de Janeiro: Record, 2011.

BIROLI, F. Responsabilidades, cuidado e democracia. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n.18, p.81-117, Dec. 2015.

BIROLI, F. O público e o privado. In, MIGUEL, L.F; BIROLI, F. *Feminismo e Política*. São Paulo, Editora Boitempo 2016

_____. Família e maternidade In: *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 91- 131.

_____. Capítulo 1. Divisão Sexual do Trabalho. In: BIROLI, F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo, Editora Boitempo, 2018.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J.C.; PASSERON, J.C. *A profissão de Sociólogo*. (3ª edição). Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n.132, p. 537-572. set/dez 2007

BRUSCHINI, M. C. A.; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras trabalho feminino no final do século XX. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 17-18, p. 157-196, 2002.

CADONA, E.; STREY, M. N. A produção da maternidade nos discursos de incentivo à amamentação. *Rev. Estud. Fem.: Florianopolis*, v. 22, n. 2, p. 477-499, Aug. 2014.

CASTRO, B. Trabalho perpétuo: o viés de gênero e o ideal de juventude no capitalismo flexível. *Lua Nova*, São Paulo, n. 99, p. 169-199, Dec. 2016.

CHABAUD-RYCHTER, D. et al. Introdução: Questões de Gênero Nas Ciências Sociais "Normásculas" In: CHABAUD-RYCHTER, D. et al. *O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CORDEIRO, M. C. *Você Tem Tempo? Uma Análise das Vivências Temporais Dos Cientistas Sociais Na Sociedade Contemporânea*. 2013, 303p. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CORNWALL, A. Além do “Empoderamento Light”: empoderamento feminino, desenvolvimento neoliberal e justiça global. *Cad. Pagu* [online]. n. 52 2018, n.52

COSTA, A. M., BARROS, D. F., CARVALHO, J. L. F. A Dimensão Histórica dos Discursos acerca do Empreendedor e do Empreendedorismo. IN: *Revista de Administração Contemporânea*, Curitiba, v. 15, n. 2 art. 1, pp. 179-197, Mar./Abri. 2011

COSTA, S. S. G. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. *Porto Alegre: Educação & Realidade*, vol. 34, núm. 2, maio-agosto, 2009, pp. 171-186.

DEDECCA, C. S. Reorganização das relações de trabalho no Brasil. A flexibilidade é a única alternativa? In: CARVALHO NETO, A. M. de; CARVALHO, R. A. A de. *Sindicalismo e negociação coletiva nos anos 90*, Belo Horizonte, IRT/PUC-MG, 1998. p. 151-180

DEDECCA, C. S.; RIBEIRO, C. S. M. F.; ISHII, F. H. Gênero e jornada de trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 65-90, mar./jun.2009. pp. 65 90.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. Considerações sobre o método. In: ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*; tradução, Vera Ribeiro - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000, pp. 51 – 60.

ESTHER, A. B. A política de identidade do empreendedorismo: uma análise na perspectiva da sociologia figuracional e da psicologia social crítica. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 17, n. spe, p. 857-870, nov. 2019.

FARIA, L. S. P. F. *O Poder dos Sonhos: Uma etnografia de empresas startup no Brasil e no Reino Unido*. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2018.223 f.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. Cad. Pagu [online]. n.17-18, pp.9-79. 2002

FEDERICI, S. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. [ed. Ebook] São Paulo: Editora Elefante. 2004.

FEDERICI, S. O ponto zero da revolução. [ed Ebook] São Paulo: Editora Elefante. 2019

FERRARI, M. C. Mulheres empoderadas? A participação feminina no empreendedorismo de Cuiabá/MT. 2019, 130p. (Sociologia) – UFMT, Cuiabá, Mato Grosso, 2019.

FERREIRA, J. M.; NOGUEIRA, E. E. S. Mulheres e suas histórias: razão, sensibilidade e subjetividade no empreendedorismo feminino. Rev. adm. contemp., Curitiba v. 17, n. 4, p. 398-417, Aug. 2013.

FERREIRA, M. S.; TRAVERSINI, C. S. A análise Foucaultiana do discurso como ferramenta metodológica de pesquisa. Educ. Real., Porto Alegre, v. 38, n. 1, p. 207-226, Mar. 2013.

FIORIN, P.C.; OLIVEIRA, C.T.; DIAS, A.C.G. “Percepções de mulheres sobre a relação entre trabalho e maternidade”. In: Revista Brasileira de Orientação Profissional. RS: Santa Maria, Vol.15, nº1, jan/jun. 2014, p.25-35

FOUCAULT, M. A ordem do Discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GAMA, A. S. O conflito trabalho e vida familiar na produção/reprodução social capitalista IN: GAMA, Andréa de Sousa. Trabalho, família e gênero: impactos dos Direitos do Trabalho e da Educação Infantil. São Paulo: Editora Cortez, 2014.

GAMA, A. et al. Tensões entre trabalho e família - recomposições na divisão sexual do trabalho. In: ARAÚJO, C. et al Gênero, Família e Trabalho no Brasil do Século XXI - mudanças e permanências. [1.ed] - Rio de Janeiro : Gramma, 2018.

GUEDES, M; ARAÚJO, C. Desigualdades de gênero, família e trabalho: Mudanças e permanências no cenário brasileiro. Niterói, Rio de Janeiro: Gênero. v. 12, n.1. 2011.

GUEDES, M.C. Família e trabalho nas mulheres de nível universitário: Um olhar demográfico. Niterói, Rio de Janeiro: Gênero. v.9 n.1, sem. 2008.

_____. Heterogeneização da mão-de-obra feminina: o que mudou no período recente? Niterói, Rio de Janeiro: Gênero. v.15 n. 2. 2016

_____. Percepções sobre o papel do Estado, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo: uma análise do Rio de Janeiro. Cad. Pagu, Campinas, n. 47, e164720, 2016.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil: 2016. Coordenação de Silmara Maria de Souza Silveira Greco: diversos autores -- Curitiba: IBPQ, 2017. 208 p.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil: 2019 – Relatório Executivo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae): diversos autores -- Curitiba: IBPQ, 2019. 30 p.

GOMES, A. F. et al. Empreendedorismo Feminino como Sujeito de Pesquisa. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, São Paulo, v. 16, n. 51, p. 319-342, June, 2014.

HARAWAY, D. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cad. Pagu, Campinas, n. 22, p. 201-246, June 2004.

HARVEY, D. “A transformação político-econômica do capitalismo no final do século XX”. “Introdução”, “O fordismo”. In: Condição Pós-Moderna. SP: Loyola, 1992, pp.117-134.

HIRATA, H. “A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho”. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan/jun. 2009, p. 24-41.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. A Classe Operaria Tem Dois Sexos. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 93, jan. 1994.

_____. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cad. Pesqui., São Paulo, v.37, n. 132, p. 595-609, Dec. 2007.

Itaú: Somos empreendedoras. Disponível em:
<https://imulherempreendedora.com.br/novidades/livro-somos-empreendedoras>

JANNUZZI, P. M. Indicadores Sociais na formulação e avaliação de políticas públicas. Campinas: Ed. Anelínea, 2006.

JONATHAN, E. G. Mulheres empreendedoras: o desafio da escolha do empreendedorismo e o exercício do poder. Psicol. clin., Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 65-85, 2011.

KERGOAT, D. Verbetes “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In: HIRATA, Helena et al (orgs). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009.

_____. O Cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU et al (orgs) Gênero e Trabalho no Brasil e na França- perspectivas interseccionais. Boitempo, 2016.

LÓPEZ-RUIZ, O. J. Capítulo 4: A "invenção" do capital humano In: LÓPEZ-RUIZ, O. J. O “ethos” dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo. 2004. 385p. (Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas, SP, 2004.

MAGALHÃES, I. Introdução: a análise de discurso crítica. DELTA [online]. 2005, vol.21, n.spe, pp. 1-9

MAIA, M. M. Como as *start-ups* crescem? Performances e discursos de empreendedores à procura de capital. Revista brasileira Ciências Sociais., São Paulo, v. 34, n. 99, 2019.

MILLS, C.W. A imaginação sociológica. Tradução de Waltensir Dutra. Zahar Editores, 1975.

MOREIRA, L. E.; NARDI, H. C. Mãe é tudo igual? Enunciados produzindo maternidade(s) contemporânea(s). Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 569-594, Aug. 2009.

MOREIRA, T. A.; MOSER, L. O conflito entre trabalho e vida familiar no contexto da produção e reprodução social capitalista. In: II Seminário nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social (2017).

MUNIZ, J. O.; VENEROSO, C. Z. Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil. Dados, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, e20180252, 2019.

NATIVIDADE, D. R. Empreendedorismo feminino no Brasil: políticas públicas sob análise. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 231-256, Feb. 2009.

NERY, C. Desemprego cai para 11,9% na média de 2019; informalidade é a maior em 4 anos. Agência IBGE Notícias, 2020, Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26741-desemprego-cai-para-11-9-na-media-de-2019-informalidade-e-a-maior-em-4-anos>. Acesso em: 02/03/2020

NEVES, M. A. PEDROSA, C. M. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. Soc. estado. [online]. 2007, vol.22, n.1, pp.11-34.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, Aug. 2008.

ORTNER, S. Está a mulher para a natureza, assim como o homem para a cultura? In: ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (org.). A mulher, a cultura, a Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAMOS, D. P. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. Revista Estudos Feministas. 2009, vol.17, n.3, pp.861-870.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do Sexo. Recife: Editora SOS Corpo, 1993.

SALGADO, J. A cultura empreendedora nos discursos sobre a juventude. *Galaxia* (São Paulo, *Online*), n. 25, p. 193-204, jun. 2013.

_____. Entre solitários e solidários: o empreendedor nos discursos da *Folha de S. Paulo* (1972-2011). Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação – ECO, 2016.

SALGADO, J.; JORGE, M. F. Empreendedorismo materno: entre o ideal subjetivo e a frustração performática. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, cultura empreendedora e trabalho: consumo, narrativas e discursos, do 7º Encontro de GTs de Pós-Graduação - Comunicon, realizado nos dias 10 e 11 de outubro de 2018.

SANTOS, E. D.; HAUBRICH, G. F. Portal Rede Mulheres Empreendedoras: empreendedorismo, cultura e imagens de si. *Letras de Hoje*, v. 53, n. 3, p. 412-421, 30 dez. 2018.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface* (Botucatu), Botucatu, v. 5, n. 8, p. 47-59, Feb. 2001.

SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Sociedade*, v.20, n.2, jul/dez, 1995. P. 71-99

SILVA, M. S.; LASSO, S. V.; MAINARDES, E. W. Características do empreendedorismo no Brasil. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, Novo Hamburgo, v. 13, n. 2, p. 150-167, dec. 2016.

SORJ, B. Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 15 nº 43 junho/2000. pp. 25-34.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594. 2007

SORJ, B. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo social*, 2014.

TEIXEIRA, R. M.; BONFIM, L. C. S. Empreendedorismo feminino e os desafios enfrentados pelas empreendedoras para conciliar os conflitos trabalho e família: estudo de caso múltiplos em agências de viagens. In: *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. v. 10 n. 01, 2016.

YANNOULAS, S. C. *Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações* – Brasília: Editorial Abaré, 2013.